RCI
Região Centro Informação

nº 190 • ano 36 • dezembro 2021 • distribuição gratuita aos sócios do sprc

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@sprc.pt
www.sprc.pt

Ficha Técnica
Região Centro Informação
Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Diretor – Mário Nogueira
Chefe de Redação – Luís Lobo
Conselho de Redação:
Ana Leitão, António Morais, Catarina Oliveira, Cruz Marques, Francisco Almeida, Manuel Lopes, Nelson Delgado, Sofia Monteiro
Grafismo – Tiago Madeira
Composição e Paginação – SPRC
Periodicidade – Semestral
Tiragem – 11.000 exemplares
Impressão, Embalagem e Expedição – MULTIPONTO, SA
Redação e Administração – Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias – Arquivo SPRC

Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

DIREÇÕES DISTRITAIS

Aveiro
R. de Angola, 42, Loja B
Urbanização Forca-Vouga
3800-008 Aveiro
Tel.: 234 420 775 | Fax: 234 424 165
aveiro@sprc.pt

Covilhã
R João Alves da Silva, nº 3 - 1.º Dt.º,
6200-118 Covilhã
Tel.: 275 322 387 | Fax: 275 313 018
covilha@sprc.pt

Coimbra
Prç da República, 28 - 1.º,
3001-552 Coimbra
Tel.: 239 851 660 | Fax: 239 851 668
916 144 986 • 966 778 321
934 438 660
coimbra@sprc.pt

Guarda
R Vasco da Gama, 12 - 2.º,
6300-772 Guarda
Tel.: 271 213 801 | Fax: 271 094 077
guarda@sprc.pt

Leiria
Rua dos Mártires, 26 – R/C Drtº
2400-186 Leiria
Tel.: 244 815 702 | Fax: 244 812 126
leiria@sprc.pt

Viseu
Avª Alberto Sampaio, 84 – 3510-027
Tel.: 232 420 320 | Fax: 232 420 329
961 533 210 • 916 147 001 • 938 527 783
viseu@sprc.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco
Quinta do Amieiro de Baixo, Lote 4, r/c,
6000-129 Castelo Branco
Tel.: 272 343 224 | Fax: 272 322 077

Figueira da Foz
R. Calouste Gulbenkian, 72 A - r/c Esq.º,
3080-084 Figueira da Foz
Tel.: 233 425 417 | Fax: 233 425 417
figueiradafoz@sprc.pt

Douro Sul
R. Francisco Laranjo (Barronco),
Bloco A – Loja Esquerda,
5100-117 Lamego
Tel.: 254 613 197 | Fax: 254 619 560
lamego@sprc.pt

Seia
Lg. Marques da Silva, Edif. Camelo,
2.º Esq. Frente
6270-490 Seia
Tel.: 238 315 498 / 238 393 184
Fax: 238 393 185
seia@sprc.pt

Esclarecimento:
Os textos redigidos de acordo com o novo AO 1990, utilizam a nova ortografia por ser essa a opção dos seus autores ou a redacção original.

SUMÁRIO RCI.DEZEMBRO.2021

ENTREVISTA

Se nada mudar, não é só a Educação que vai sofrer, é, também, o futuro do país

Págs. 4 e 5

Faltam professores, mas precariedade aumenta!

Págs.6 a 9

Avaliação de Desempenho Docente

Pág.17

6. EM FOCO
Comissão Europeia abre processo contra Portugal por discriminação dos professores contratados
João Louceiro

7. EM FOCO
Faltam professores mas precariedade aumenta!
Vítor Godinho

8. EM FOCO
O que é e o que significa a precariedade no Ensino Superior
Ana Isabel Mendes

10. EM DESTAQUE
A Importância da Luta por um Contrato Coletivo de Trabalho
Anabela Sotaia

11. EM DESTAQUE
Vem aí o 14.ºCongresso!
Luís Lobo

12 a 14. SETORES
Encontro Nacional do 1.º CEB

15. SETORES
Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro
Ana Paula Pires

16. AÇÃO
A falta de Professores não se resolve impondo horas extraordinárias

17. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
A Cataplana
Isa Martins

18. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO
Quando os professores são os seus próprios carcereiros…
Ana maria Leitão

19. OPINIÃO
Projeto Maia – aprendizagens essenciais e desmaterialização do currículo
Anabela Ribeiro

21. INTERNACIONAL
A partida da "mutti"
Duarte Correa Piñeiro

22. APOSENTADOS
Teimosamente temos que VIVER!
Isabel Melo

23. CARREIRA
Na Assembleia da República, os mesmos do costume contra os professores

24/25. ENSINO ARTÍSTICO
Dezenas de docentes debateram os desafios do Ensino Artístico Especializado público e privado

26. COVID-19
Medidas de contenção da Covid-19, a aprovar pelo governo, não podem esquecer as escolas e os seus profissionais

28 a 31. REGALIAS AOS SÓCIOS

Luís Lobo (luis.lobo@sprc.pt)

O que mudou? Ainda nada, mas...

O chumbo daquele que poderia ter sido o pior Orçamento do Estado para a Educação e os seus trabalhadores, desde que a troika estrangeira deixou o país, abre portas a soluções que viabilizem uma verdadeira transformação. Condena um caminho que era de agravamento das condições de vida e de trabalho e de desvalorização da Escola Pública.

Nas páginas que desenhavam o futuro imediato do país, com aquelas dezenas de milhar de palavras que construíam o discurso com que o governo de António Costa queria tornar refém toda a esquerda parlamentar, não havia qualquer referência aos professores. Aquela que foi a paixão de vários governos socialistas foi-se desfazendo em traições e destruindo o sonho de mudança positiva.

É este desacreditar no sonho que retém muitos professores e educadores nas suas casas ou nas suas salas de aula quando a luta se desenvolve. É este ignorar do sonho que não deixa que a ação transformadora da luta aconteça.

Se é verdade que no primeiro ano da legislatura que agora finda, com a pandemia e com o país sob uma pressão que não se previa, o chumbo do Orçamento do Estado seria irresponsável e, até, desumano, passar um cheque em branco com o Orçamento de 2022 seria incompreensível.

Se é verdade que foi a geringonça que impediu a falência de milhares de empresas e garantiu o salário a dezenas de milhar de trabalhadores, deixar que, por mais dois anos, se mantivesse uma legislação laboral ou uma política de baixos salários que apenas servem o grande capital e são fortemente penalizadoras da vida dos trabalhadores, seria profundamente irresponsável.

O que mudou, então, com a dissolução do parlamento. Por enquanto, nada! Porém, se é cada vez mais percetível o interesse que António Costa deposita numa maioria absoluta, mais se percebe como, essa, seria tão perigosa e deve ser evitada.

A derrota do Orçamento poderia não ter acontecido se o próprio governo assim quisesse: reforçando o investimento nos serviços públicos; valorizando os trabalhadores que deram, afinal, tudo pelo país no combate à pandemia; valorizando, efetivamente, os salários na administração pública de modo a iniciar a recuperação da perda acumulada de poder de compra; investindo seriamente no serviço nacional de saúde; atribuindo à escola pública a importância estruturante que tem de uma sociedade de progresso.

No caso específico dos professores, o descontentamento é enorme. A estratégia de Costa e Brandão de estagnar a resolução de problemas e bloquear a negociação de importantes dossiers revela um governo de costas voltadas para a Educação e para os docentes. É esta estratégia que é preciso quebrar e isso não se faz, apenas, com mudanças no parlamento. É também preciso reforçar a nossa intervenção, assumindo a ação reivindicativa como uma necessidade estratégica para a mudança.

Garantir que nenhum partido tenha maioria absoluta, reforçar o papel daqueles que estão, sem reserva, ao lado dos docentes e investigadores, que defendem a escola pública e o seu desenvolvimento, não basta. É importante e necessário, mas não é suficiente. É preciso manter uma atenção redobrada e trazer para a rua e para a luta o protesto e a exigência, exercendo uma ação fiscalizadora e pressionante sobre o parlamento e o governo.

A aparente crise é uma construção. Faz parte de uma estratégia de enfraquecimento da democracia. Realmente, por enquanto, nada mudou, porque isso só acontecerá se assumirmos a nossa responsabilidade para que a mudança ocorra.

> **“A estratégia de Costa e Brandão de estagnar a resolução de problemas e bloquear a negociação de importantes dossiers revela um governo de costas voltadas para a Educação e para os docentes.**

Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt

Mário Nogueira

Se nada mudar, não é só a Educação que vai sofrer, é, também, o futuro do país

"Quem os ouve a falar de diálogo social e de outros encantamentos até pode achar que há alguma abertura para dialogar e para negociar soluções para os problemas. Mas não há." A complexidade da situação política, com a indefinição quanto ao futuro quadro parlamentar, associadas aos problemas por que passa a Educação e a profissão docente e de investigação são o mote para uma entrevista a Mário Nogueira. O Secretário-Geral da FENPROF e coordenador do SPRC esclarece um conjunto de aspetos sobre os quais alguns vão tecendo considerações manipuladoras. Ao contrário de quem quer confundir opinião com informação objetiva, Mário Nogueira não foge à resposta direta e revela o posicionamento da FENPROF. | Luís Lobo

Em que medida os milhões da "bazuca" e a atual conjuntura política influenciaram a não aprovação da proposta do governo para o OE 2022?

MN: Penso que a não aprovação do OE para 2022 se deveu, sobretudo, ao interesse político do partido do governo que terá visto uma oportunidade de chegar à maioria absoluta, aproveitando as divisões à sua direita e responsabilizando os que estão à sua esquerda. Nesse sentido, terá estado inflexível nas negociações com os partidos à sua esquerda. Evidentemente que os dinheiros do PRR também terão influenciado essa atitude, pois permitem ao partido do governo fazer promessas, contando, como diz o povo, com ovos que a galinha ainda não pôs.

Na tua opinião, tem sentido a afirmação de que esta proposta de Orçamento era a melhor dos últimos anos?

MN: Isso só foi afirmado por quem a apresentou e procura convencer a opinião pública disso mesmo. A proposta de OE, em boa hora chumbada, parecia feita para um país sem professores, mantinha a Educação em subfinanciamento e, relativamente a outras áreas, desde logo a Saúde ou o Trabalho, não dava resposta a nenhum dos principais problemas estruturais com que hoje se confrontam.

Num texto publicado no "Público" acusas o governo de intransigência. Porém, da área do governo continuam a afirmar que o "chumbo" foi influenciado pelo movimento sindical. Como é que isto se combina na implosão da maioria parlamentar à esquerda?

MN: Para este governo, como, aliás, para outros que o antecederam, o movimento sindical surge como um inimigo. Quem os ouve a falar de diálogo social e de outros encantamentos até pode achar que há alguma abertura para dialogar e para negociar soluções para os problemas. Mas não há. As propostas apresentadas não merecem resposta, os pedidos de reunião não são correspondidos, os processos negociais não se realizam. Essa é que é a realidade. E quanto ao OE, o movimento sindical fez, como sempre, a sua apreciação e tornou-a pública. Se o governo afirma que isso teve influência no chumbo do OE, então é porque reconhece importância ao movimento sindical. Pena é que não reconheça sempre.

A vitimização do governo que o primeiro-ministro tenta fazer passar é estratégica ou é real?

MN: É estratégica e é real. Estratégica, para ver se leva mais alguns portugueses a votarem no partido do governo, alcançando maioria absoluta. Real, porque, na verdade, o governo é vítima das suas próprias políticas e foram estas que levaram a que esta legislatura não chegasse ao fim. Quanto à maioria absoluta, os professores ainda não esqueceram o que passaram nesses tempos.

De que modo o Presidente da República pode ter entrado na jogada?

MN: Não direi que entrou no que chamas jogada, mas apercebeu-se que o governo estava a apostar forte... E foi por isso, penso, que desde cedo ameaçou com eleições antecipadas se

o OE não fosse aprovado. Ele sabia que a sua área política estava fragilizada e, parece-me, jogou tudo no sentido de o OE ser aprovado, de forma a dar tempo à reabilitação. Não surtiu efeito porque os motivos para o chumbo do OE existiam mesmo e não se tratava de jogada, pelo menos da parte de quem era pressionado para o aprovar.

A FENPROF tem afirmado que, para a Educação, haver aquele ou não haver Orçamento é rigorosamente igual, pois ele não dava resposta a qualquer dos principais problemas que afetam esta área. Como justificas essa afirmação?

MN: Como afirmo atrás, este era um OE que poderia ter sido feito para um país sem professores, pois não previa qualquer tipo de resposta para os muitos problemas que afetam a profissão e estão na origem da crescente e muito preocupante falta de profissionais. Era um OE que prosseguia a linha de transferência de financiamento do Estado para fundos europeus colocando, cada vez mais, o sistema a trabalhar ao projeto e não em função de uma estratégia de valorização da Educação e, em particular, da Escola Pública.

Mas mesmo contando com esses fundos, as verbas previstas eram exíguas face ao recomendado internacionalmente. Este subfinanciamento, esta desvalorização, esta falta de uma política com cabeça, tronco e membros foi, aliás, denunciada recentemente pelo Tribunal de Contas no seu relatório "Demografia e Educação". Depois, como panaceia para a doença, o que previa era a municipalização… Fica tudo dito.

Tiago Brandão Rodrigues tem sido apelidado de "não ministro", "um nada", "marionete de António Costa e da estratégia anti-negocial"… Parece que, então, com a dissolução do parlamento, esta é a oportunidade para o substituir?

MN: Tiago Brandão Rodrigues é o ministro do atual governo para a Educação. O bloqueio negocial e a forma como se faz desaparecer quando há dificuldades e respostas a dar são parte da estratégia do governo para uma área na qual não investe e da qual se desinteressa. Agora, o que se espera é que o próximo governo, em vez de um ministro para a Educação tenha mesmo, porque é necessário, um ministro da Educação.

Mas a substituição, só por si, é a solução para a estagnação da resolução dos problemas?

MN: Como decorre do que respondi antes, é evidente que não. Se a política educativa do próximo governo for semelhante à atual e se apenas continuarmos a ter ministro para a Educação, nada se irá alterar. Mas, se isso acontecer não é só a Educação que vai sofrer, é, também, o futuro do país.

No ensino superior e na ciência as coisas têm-se passado de modo diferente ou é apenas diferente o modo de agir?

MN: Um pouco diferente, sim, com algum diálogo e um ou outro processo negocial, como o que teve lugar recentemente e permitiu aprovar um regime de concurso interno para acesso a determinadas categorias das carreiras. Mas em relação a questões de fundo, como a revisão do RJIES, a revisão das carreiras, o combate à precariedade, desde logo na ciência, mas não só, ou a existência de um CCT para o setor privado, diferenças só mesmo de estilo porque, seis anos passados, continua tudo praticamente na mesma.

> **"O bloqueio negocial e a forma como Tiago Brandão se faz desaparecer quando há dificuldades e respostas a dar são parte da estratégia do governo para uma área na qual não investe e da qual se desinteressa.**

Tem sentido, neste quadro, continuarmos a apresentar e a fundamentar propostas para resolver os problemas destes setores e dos docentes e investigadores?

MN: Neste momento não, pois o governo já não tem tempo, nem legitimidade para avançar com processos negociais. E como sabem isso, alguns governantes, desde logo o ministro para a Educação, veio afirmar, com toda a lata, depois de um longo bloqueio negocial que impôs, que agora é que havia vontade política para negociar. Enfim… Não, neste momento, penso, o que mais importará é confrontar os partidos políticos com os problemas e exigir que, em nome da transparência e do futuro, assumam compromissos para os resolver.

No entanto, e apesar de um certo impasse, a FENPROF e o movimento sindical em geral continuam a chamar os trabalhadores para a luta e até para agarrarem a oportunidade de afirmar o que esperam para o futuro…

MN: Sim, e a luta agora é muito importante. Não porque se desenvolvem processos negociais, mas porque a Assembleia da República pode ter sido dissolvida e o governo cessado funções, mas os problemas estão aí, continuando a abater-se sobre quem trabalha, sejam professores ou outros trabalhadores. É preciso que estes deem visibilidade à sua indignação, ao seu protesto e às suas propostas e exigências para obterem os tais compromissos que se referem atrás. A greve da Administração Pública, em 12 de novembro, e a Manifestação Nacional convocada pela CGTP, para dia 20, foram dois momentos altos dessa luta.

Porque é que a FENPROF continua a dizer que ser professor é uma profissão de futuro? É mais um desejo ou uma convicção?

MN: É um desejo, mas também uma convicção. Diria mais, é uma certeza, pois, como sabemos e afirmámos, nada substitui um professor e se dúvidas houvesse, hoje, face ao falhanço daquilo que alguns consideravam o maravilhoso mundo do futuro, essa certeza tornou-se ainda mais forte. Sim, a profissão de professor é uma profissão de futuro e se assim não fosse, ela já não seria uma profissão do presente, tantos os ataques que lhe têm sido desferidos. Mas, confirmou-se há pouco tempo, pelo estudo de opinião realizado pela DECO, que a Escola Pública, com os seus profissionais, obviamente, é a instituição em quem os portugueses mais confiam. Será assim no futuro, claro, mas, para isso, é preciso que os professores do presente não desistam desse futuro e lutem pela valorização da sua nobre profissão.

João Louceiro (Coordenação do SPRC)

Comissão Europeia abre processo contra Portugal por discriminação dos professores contratados

Alguns anos volvidos, a Comissão Europeia (CE) instaura novo processo por infração por incumprimento do direito comunitário quanto à contratação de professores. É justa a acusação, mas não nos iludamos: tratando-se de direitos dos trabalhadores, por norma a CE vai pelo caminho do "agarrem-me, se não eu bato-lhe!". Sem apoucar a decisão, haja consciência de que a precariedade – persistente obstáculo na profissão docente – tem que ser combatida pela luta, com o envolvimento dos próprios "precários"! Se estes não se mobilizarem, dificilmente será a CE a vir de lá de Bruxelas resolver o problema…

A mais recente acusação foca o princípio da não discriminação, um dos inscritos na Diretiva 1999/70/CE que o atual governo, como os anteriores, continua a fintar. Abusar da contratação a termo e discriminar os contratados é receita para embaratecer o trabalho docente…

A FENPROF tem denunciado os incumprimentos na Assembleia da República, dando nota, também, do tratamento discriminatório de que são alvo os docentes contratados. Com isso estimulou iniciativas legislativas, infelizmente derrotadas pelos que se costumam alinhar contra os professores: PS, PSD e CDS-PP. A FENPROF também teve oportunidade de alertar deputados portugueses no Parlamento Europeu para a insuficiência e a ineficácia das medidas adotadas, alegadamente, no sentido de a contratação de professores respeitar o direito comunitário.

As discriminações são evidentes nas remunerações e nas condições de organização trabalho praticadas nas escolas. A essas podem até juntar-se outras, como o que passou a suceder com a contagem de dias para a segurança social: contratados em horários incompletos descontam em função do (pouco) que auferem, mas veem artificialmente diminuído ou impedido o acesso a prestações sociais e, no futuro, à aposentação.

Sem triunfalismos, há que potencializar o anúncio feito pela CE. A abertura do processo por infração constitui mais uma prova de que o que tem sido feito no combate à precariedade laboral na docência não justifica a ideia de "missão cumprida" que o governo, em especial a equipa do ME, repete ad *nauseam*.

Mas de pés assentes na terra, convém lembrar o precipitado arquivamento do processo contra Portugal, no tempo do governo PSD/CDS-PP. Mais conivente do que incauta, a CE deixou-se convencer de que Portugal tinha resolvido os incumprimentos. Não cuidou de verificar se tinham sido adotadas medidas eficazes para transpor os princípios do não abuso e da não discriminação, o que, consabidamente, ainda hoje não acontece. Ademais, a CE não esteve atenta a outras vertentes dos incumprimentos, desde as que ocorrem nos espaços das autonomias regionais, às que se manifestam de forma gritante no ensino superior e na investigação, a coberto de conceções de autonomia que parecem constituir carta-branca para abusos e discriminações no uso da contratação a termo.

Tivesse a Comissão Europeia feito o que devia, com zelo equivalente ao que coloca noutras matérias, por exemplo de imposição de limitadoras regras orçamentais, e não estaríamos perante um novo – esperemos que mais consequente – processo por infração contra Portugal. Sempre será interessante ouvir o que o governo, para quem tudo está bem e recomenda-se em termos de contratação de professores, tem a dizer sobre o assunto… Mas mais do que isto, é de repetir que também nesta matéria é pela luta que lá vamos e é por isso que o SPRC e a FENPROF mantêm o tema da precariedade como um dos mais sublinhados na luta dos professores e da profissão docente.

Vítor Godinho (Direção do SPRC)

Faltam professores mas precariedade aumenta!

Num tempo marcado pela falta de professores, não deixa de ser paradoxal que a precariedade continue a ser uma marca de água do exercício profissional docente, e que até se tenha agravado nos últimos anos, como os dados disponíveis o demonstram. Com efeito, como se confirma na figura 1, pese embora se verifique um aumento do número de docentes que vincularam a quadros do ME nos últimos 3 anos escolares, não só o número de docentes contratados em horário anual e completo (colocados até ao último dia definido no calendário escolar para o início de cada um dos anos letivos em causa) lhe tem sido sempre francamente superior, como, no referido período, até tem vindo a aumentar.

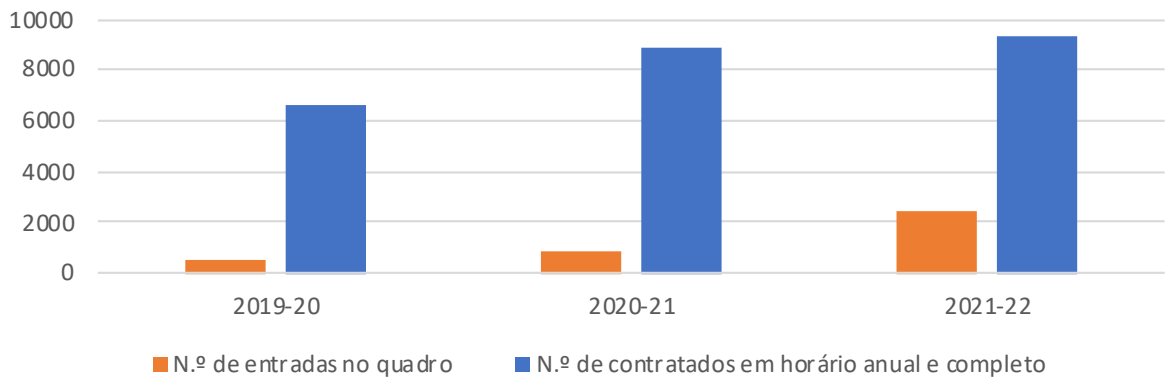


Figura 1 Evolução do número de entradas no quadro e de contratação em horário anual e completo ao longo dos 3 últimos anos escolares. Este indicador de alastramento da precariedade está igualmente patente na evolução, observada ao longo dos mesmos três anos escolares, do número de docentes que não obtiveram colocação em quadro em função do tempo de serviço por eles acumulado (ver figura 2), constatando-se um aumento do número dos que acumulam mais anos de serviço.

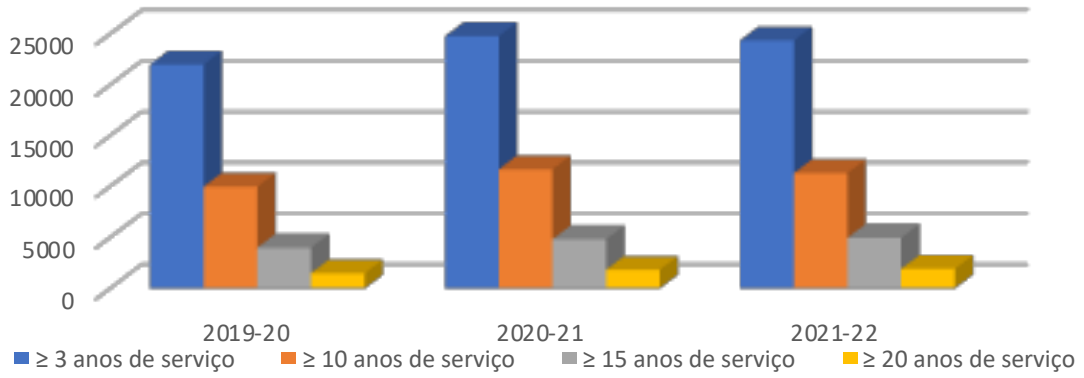


Figura 2 Evolução, ao longo dos 3 últimos anos escolares, do número de docentes que não obteve colocação no concurso externo em função da extensão da sua experiência profissional. Estes dados confirmam a ineficácia da norma (dita) travão no cumprimento do objetivo para que, alegadamente, foi aprovada – o de pôr termo ao abuso do recurso à contratação a termo.

Ana Isabel Mendes (Membro da Direção Distrital de Leiria)

O que é e o que significa a precariedade no Ensino Superior

Assumindo "ab initio" que Portugal é um país de precários, quer se analise na perspetiva do sector privado ou do sector público, manifestando-se este fenómeno de forma transversal em áreas que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do país, torna-se essencial colocar a seguinte questão, principalmente para aqueles que desenvolvem atividade no domínio do ensino e da investigação : Como se manifesta a precariedade no Ensino Superior, quais as causas e as suas consequências e até que ponto esta pode contribuir para a diminuição do compromisso por parte dos seus docentes e investigadores, com consequentes implicações na qualidade do ensino superior no nosso país?

Para ilustrar esta realidade recorremos aos "relatórios de contas e gestão consolidada" de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) da região Centro. A leitura destes números conduz-nos à conclusão que a precariedade prolifera por toda região e, muito provavelmente, espelhando valores similares em todo o país.

Optámos por analisar apenas dados públicos de duas IES do Centro Interior e de duas IES do Centro Litoral. Os números abaixo apresentados foram retirados diretamente dos "relatórios de contas e gestão consolidada" das instituições identificadas. Atente-se que, no caso das universidades, são as próprias instituições que salientam nos seus relatórios o número flagrante de pessoal especialmente contratado. Independentemente do sistema a que pertence a IES, é prática corrente "justificarem" a precariedade que praticam com as percentagens (ainda assim escandalosas) em ETI (Equiparado em Tempo Integral).

	Total	Carreira (Total)	Especialmente contratado (Total)	Carreira (ETI)	Especialmente contratado (ETI)
UC	2027	1043 (51,4%)	984 (48,5%)	1043(68,78%)	473,3 (31,21%)
UBI	776	333+28=361 (46,52%)	415 (53,47%)	333+28 (74,18%)	125,62 (25,81%)
IPG	231	151 (65,36%)	80(34,63%)	151 (76,024%)	47,62 (23,975%)
IPL	1022	458 (44,81%)	564 (55,18%)	458 (62,22%)	278,05 (37,77%)

Observemos com alguma atenção os dados reportados a 2019, último ano com informação disponível nas instituições em análise. No que respeita a pessoal docente e investigador podemos observar que duas das quatro IES têm mais docentes especialmente contratados que docentes de carreira.

Para que estes valores se possam aproximar dos princípios previstos no artigo 30º do ECDESP e do artigo 84º do ECDU - onde é estabelecido o número e percentagem de professores de carreira e de docentes convidados - os cálculos são apresentados em termos de "Equiparados a Tempo Integral (ETI)", o que dá lugar a percentagens bem "mais agradáveis à vista" mas que, na prática, resultam da contratação "especial" de três ou quatro professores, quando não mais, para realizar o trabalho de uma necessidade permanente de serviço, i.e., um profissional.

Não foi esse o espírito que, em 2010, presidiu à revisão das Leis que regem os Estatutos de Carreira Docente, mas sim o de conferir às instituições a possibilidade de poderem contratar especialistas numa ou noutra área, muito específicas, que estivessem no ativo e cujo perfil fosse considerado uma mais-valia para as IES. Foram, pois, criadas condições para conferir às instituições a possibilidade de convidar de forma variada especialistas de reconhecido mérito.

O que, na realidade, veio a acontecer foi o desvirtuar da tentativa de diminuição de precariedade que estes estatutos, à data, podiam parecer oferecer. Um docente convidado, dado não estar em exclusividade, tem um vencimento muito inferior a um docente de carreira. Fruto da luta contra a precariedade nacional, a aplicação do PREVPAP, anos mais tarde (2017), resultou em muito pouco. Foram integrados alguns profissionais, considerados necessidades permanentes de serviço, mas muitas outras situações continuam por resolver. Algumas apenas por questões meramente burocráticas*.

Contudo, se na docência essa precariedade é flagrante, a situação vivida nas carreiras de investigação é escandalosa.

Assim, podemos concluir que, infelizmente, a Ciência e Ensino Superior em Portugal não gozam de nenhum estatuto especial. Para desconhecimento de muitos, é talvez um dos sectores profissionais mais precarizados que, revestindo-se de uma capa de superioridade, se nega a denunciar essa mesma precariedade. Quantas manifestações se conhecem, ou se conheceram, de professores do ensino superior a assumir a precariedade em que vivem e/ou os baixos salários com que sobrevivem? Muitas poderão ser as explicações para a falta de participação ativa da maioria dos professores do ensino superior, mas não é intuito deste texto apresentá-las.

Se há responsabilidade das IES nesta precariedade, a maior responsabilidade só pode ser imputada ao Governo que faz querer parecer todos os anos, aquando da discussão do Orçamento de Estado, que as verbas disponibilizadas para o Ensino Superior e Ciência estão a aumentar, quando o anunciado não corresponde ao realmente executado. O SPRC/FENPROF já denunciou várias vezes que esses aumentos são fictícios, quer porque os valores orçamentados não são executados, quer porque as IES ficam reféns da necessidade de obtenção de receitas próprias para conseguir pagar salários (as receitas via orçamento de estado apenas chegam para pagar cerca de 80% do montante da massa salarial dos trabalhadores que são remunerados, docentes ou não docentes). À custa desta perversidade, Universidades e Politécnicos contratam professores doutorados pagando-lhes abaixo do salário mínimo nacional. É certo que pode sempre dizer-se que não estão contratados a tempo integral e que alguns destes doutorados terão outras profissões, o que em alguns casos será verdade, e noutros resulta de se perpetuarem na esperança de que um dia possa ser aberto um concurso nacional ou internacional, interno ou não.

Em resumo, a montante, e por culpa dos vários intervenientes, a precariedade é aceite e, a jusante, confrontamo-nos com as consequências desta precariedade que são facilmente listadas: desde docentes/investigadores pouco motivados, a docentes que não ousam questionar com medo de represálias, ou àqueles que, embora motivados, se mantêm em silêncio na esperança de que um dia seja a sua vez de ter um contrato com alguma estabilidade e segurança e, por último, pela influência de alunos nos órgãos colegiais que, apercebendo-se dessas fragilidades, determinam junto dos poderes institucionais as regras segundo se pauta o desenvolvimento e o conhecimento, ficando a liberdade académica remetida para um canto, como se de uma utopia se tratasse.

"Podemos concluir que infelizmente a Ciência e Ensino Superior em Portugal não gozam de nenhum estatuto especial. Para desconhecimento de muitos, é talvez um dos sectores profissionais mais precarizado, que revestindo-se de uma capa de superioridade, se nega a denunciar essa mesma precariedade.

Porém, ao contrário do que seria expectável e desejável, o ensino superior/investigação em Portugal assentam na precariedade o que, a longo prazo, compromete a missão pública das Instituições de Ensino Superior, nomeadamente no que respeita à capacidade de formar profissionais, gerar e transmitir o conhecimento que sirva o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Atualmente encontram-se no gabinete do Ministro das Finanças 40 propostas de regularização de situações profissionais por via do PREPAV. Aguardam há dois anos por esta regularização.

Anabela Sotaia (Coordenação do SPRC)

Ensino Particular e Cooperativo, Ensino Artístico Especializado e Ensino Profissional (EPC, EAE e EP): A Importância da Luta por um Contrato Coletivo de Trabalho

As sucessivas alterações à legislação de trabalho, no setor privado, têm vindo a fragilizar os direitos dos trabalhadores, a bloquear a negociação e a enfraquecer o direito de contratação coletiva. O Código do Trabalho de 2003 enfraqueceu aspetos estruturantes do direito de contratação coletiva, sobretudo ao introduzir a norma da caducidade das convenções coletivas e a possibilidade de fixarem disposições menos favoráveis que as da Lei Geral do Trabalho, situação que se agravou com as sucessivas revisões da legislação, nomeadamente as de 2009 e 2014.

Sabendo nós que a grande maioria das convenções coletivas de trabalho contém um regime mais favorável ao trabalhador que aquele que consta do Código do Trabalho, a solução da caducidade favoreceu o retrocesso social, levando as associações patronais a pressionar e, mesmo, a chantagear os trabalhadores e as suas organizações sindicais a aceitar acordos desfavoráveis e não condizentes com os interesses dos trabalhadores. Ou aceitavam ou deixavam de ter uma convenção coletiva que regulasse os seus direitos e as suas carreiras profissionais!

Devido à tal norma da caducidade, a FENPROF não tem um Contrato Coletivo de trabalho (CCT) para o EPC, EAE e EP desde 2015, tudo tendo feito, desde essa altura até ao momento, para tornar possível a celebração de um acordo que permita a aprovação de um novo CCT que reponha direitos, respeite os docentes e dignifique o seu exercício profissional. Mas não o faz a qualquer preço, ao contrário de outros sindicatos, afetos à FNE, que assinaram um CCT que, de uma só penada, agravou os direitos laborais dos docentes destes setores e eliminou outros, arduamente conquistados ao longo de muitos anos de luta e persistência. Consideramos isto uma traição aos docentes que dizem representar!

O CCT assinado por essas organizações discrimina os docentes do ensino profissional, relativamente aos docentes dos outros setores, no que respeita à estrutura de carreira e aos salários a ela associados, assim como os docentes do ensino artístico especializado quanto à organização do seu horário letivo semanal. E isto nós nunca aceitaremos!

A FENPROF continuará disponível para celebrar acordos com as entidades empregadoras, terá abertura para encontrar soluções equilibradas que respeitem os direitos dos docentes e defendam os seus postos de trabalho. Não terá é disponibilidade para assinar acordos à custa do empobrecimento e da degradação de condições de exercício profissional de quem trabalha!

Se é verdade que, tal como refere Joel Ricardo Moriano *"Só a revogação do regime da sobrevigência limitada e posterior caducidade dará resposta a muitos dos problemas que a contratação coletiva enfrenta"*, **não é menos verdade que a resolução desses problemas passa, em decisiva medida, pela disponibilidade dos docentes para a luta na defesa dos seus legítimos direitos.**

A FENPROF não desistirá, nunca, de lutar por melhores condições de trabalho para os docentes destes setores, dure o tempo que durar, mas **os docentes têm que fazer o mesmo, não podem demitir-se das sua responsabilidades e delegar noutros uma luta que é sua, que diz respeito ao seu presente e ao seu futuro profissional!**

> **As sucessivas alterações à legislação de trabalho, no setor privado, têm vindo a fragilizar os direitos dos trabalhadores, a bloquear a negociação e a enfraquecer o direito de contratação coletiva.**

Luís Lobo (Membro da Direção do SPRC)

Vem aí o 14.º Congresso!

Está aprovado o regulamento geral do 14.º Congresso da FENPROF que se realizará em 13 e 14 de maio de 2022, na cidade de Viseu, no Pavilhão do Centro de Exposições. O Conselho Nacional da FENPROF aprovou o lema na sua última reunião plenária tendo dicidido atribuir a este fórum maior da FENPROF a consigna "A Educação não pode esperar! Combater desigualdades. Valorizar a profissão".

A escolha deste lema não é alheia à situação política e educativa, nem aos muitos problemas por que passa a Escola Pública e a Profissão Docente.

Para a FENPROF, nesta opção cruzam-se várias tónicas que serão centrais na ação dos professores para os próximos três anos, os anos do mandato que se iniciará em maio de 2022: a exigência de que o futuro governo tenha uma cultura efetivamente democrática e que não se furte ao diálogo e à negociação; A necessidade de demonstração de respeito pelos docentes e investigadores; a criação de condições para o regresso a um regime democráticos das escolas e dos agrupamentos; o direito à liberdade pedagógica dos professores e educadores; a defesa de uma escola pública inclusiva e democrática, aberta à participação de toda a comunidade educativa; e o imprescindível reforço do financiamento da educação e do ensino, para o qual é necessário a rápida aproximação, faseada, de 6% do produto interno bruto de peso da educação no Orçamento do Estado.

Pertence agora a cada sindicato a responsabilidade de, com base do número de sócios em 31 de dezembro, elaborar um regulamento regional que garanta a representatividade dos diversos setores, distrital, dos núcleos sindicais de base, das diferentes situações profissionais e das funções desempenhadas por docentes e investigadores.

Todos os associados do SPRC poderão eleger ou ser eleitos. Desta forma, até 4 de maio, todos os delegados e delegadas deverão estar eleitos.

Nos termos deste regulamento, os Conselho Nacional e Secretariado Nacional da FENPROF, duas direções sindicais, 200 professores sindicalizados ou 30 delegados sindicais no uso pleno dos seus direitos podem apresentar propostas globais ao 14.º Congresso, devendo fazê-lo até ao dia 12 de março. As propostas globais a apresentar deverão ser para Programa de Ação para o Triénio de 2022-2025 e/ou sobre Revisão dos Estatutos da FENPROF.

A divulgação das propostas globais e do Regulamento de Funcionamento do 14.º Congresso será feita até 8 de abril, para o que o SPRC e a FENPROF usarão de todos os meios ao seu dispor, momento a partir do qual se abrirá o período de debate e discussão das propostas apresentadas.

Os sócios dos Sindicatos poderão, depois, fazer chegar aos seus sindicatos propostas específicas de alteração e de adenda aos documentos referidos, individual ou coletivamente, até 29 de abril de 2022.

Os Congressos da FENPROF são, pois, momentos únicos da vida sindical dos professores. Mexem com a vida dos docentes investigadores, adequam as propostas aos contextos políticos e sindicais e são uma marca inalienável da democracia no movimento sindical docente corporizado pela FENPROF e pelos seus Sindicatos. Por isso, ao debate, à proposição, à inovação das propostas e à orientação que se produz neste que é o órgão máximo da FENPROF está inevitavelmente associada a eleição dos diversos órgãos da nossa Federação: Conselho Nacional, Comissão Fiscalizadora, Secretariado Nacional.

Vamos fazer do 14.º Congresso, mais um marco fundamental da vida sindical dos professores portugueses. VIVA A FENPROF!

Celeste Duarte (Coordenadora Regional do 1.º CEB)

Encontro Nacional do 1.º CEB

Em boa hora!

Em boa hora, a FENPROF decidiu realizar o Encontro Nacional do 1.º Ciclo que, após vários adiamentos por razões ligadas à pandemia que atravessamos, teve lugar no dia 29 de outubro com uma participação considerável e entusiasmada de delegados e dirigentes dos vários Sindicatos que a compõem.

Os velhos problemas deste sector de ensino, que se têm agravado ao longo dos anos, são o resultado de más políticas, da incúria, irresponsabilidade, incompetência e arrogância de vários governos de maiorias PS, PSD/CDS, alternadamente e culminam agora numa realidade que se afigura cada vez mais insuportável.

A exaustão e o desencantamento convivem, todos os dias, com o forte empenho profissional que honra e dignifica os Professores e a Escola Pública.

Lamentavelmente, e apesar de todos os alertas e lutas, não se vislumbram quaisquer reconhecimentos ou vontade, por parte do Ministério da Educação, para encontrar caminhos ou soluções para nenhum dos grandes problemas que afectam as condições de vida, de trabalho e de aprendizagem dos professores e alunos do 1.º ciclo.

Cada vez são maiores os desafios, exigências e solicitações como se o tempo fosse elástico e a capacidade de trabalho deste grupo profissional, esgotado, envelhecido e desanimado, não tivesse limites.

O exercício de funções docentes no 1.º ciclo é complexo e exigente pela sua própria natureza e circunstâncias. A faixa etária, o regime de docência (que hoje nem se entende bem o que é) e o facto de ser o início da escolarização, assim o ditam.

Os professores exercem as suas funções com grande empenho, dedicação e competência, dando o seu melhor para que nada falte aos seus alunos, mesmo em condições de trabalho que dificultam e sobrecarregam desnecessária e inadequadamente a sua vida pessoal e profissional e não garantem os melhores contextos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Na preparação deste encontro foi solicitado aos professores que respondessem a um inquérito com as principais questões ligadas ao seu exercício profissional, tendo-se registado uma forte adesão destes, e cujas respostas demonstram claramente as suas preocupações, angústias e anseios.

O regime de docência, o horário letivo semanal, a redução da componente letiva (art.º 79 do ECD), a gestão democrática dos Agrupamentos de Escolas que incluam obrigatoriamente um docente do 1.º ciclo, a realização de provas de aferição e o atual modelo das AEC foram os temas principais em discussão, num debate vivo e intenso.

O Modelo de Docência e a Reorganização dos Ciclos de Ensino, que se afiguram cada vez mais como temas de urgente análise, discussão e debate vão exigir, certamente, outros momentos como este.

Não podemos continuar a ignorar a necessidade de mudança de paradigma que terá que traçar novos horizontes e soluções de futuro.

Os professores e os alunos merecem uma Escola onde possam voltar a ser felizes.

Este encontro foi um momento de afirmação e de luta, pela sua preparação, pela forma como decorreu, pela riqueza e vivacidade do debate e, sobretudo, pela reafirmação das reivindicações deste fundamental setor de ensino, pelo direito a uma Educação de Qualidade para todos.

Ana Catarina Oliveira (Membro da Direção do SPRC)

Que regime de docência tem o 1ºCEB?

O dia-a-dia de um professor do 1º CEB, atualmente, é gasto a gerir programas, desadequados, uma enormidade de documentos e o trabalho de um grupo cada vez maior de professores e outros especialistas, de cujo trabalho o titular de turma tem que prestar contas como se fosse o seu.

A evolução do Sistema Educativo tem vindo reconfigurar o papel do 1º CEB e, por consequência, o seu funcionamento. Com o alargamento da escolaridade obrigatória, a criação das EBI, a estruturação dos departamentos curriculares, a constituição de agrupamentos verticais de escolas e a universalização da frequência da Educação Pré-escolar – definida por lei como primeira etapa da Educação Básica – o ensino primário (cujo objetivo era ensinar a ler, a escrever e a contar, com algumas noções sobre o meio social) passou de ciclo único a ciclo inicial e, mais tarde, a ciclo intermédio da Educação Básica. A reorganização curricular, a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais e o programa da "Escola a Tempo Inteiro", exigiram a presença de outros docentes a desenvolver atividade na turma e vieram efetivar, na prática, o desmantelamento do regime de monodocência sem, no entanto, o assumir formalmente, o que acabou por anular o caráter de auxílio à ação pedagógica e educativa do Docente Titular de Turma resultando numa sobrecarga, excessiva e desnecessária.

O 1º ciclo está, hoje, muito diferente do que era na sua origem.

Então, afinal, que regime de docência realmente temos? À luz do mundo atual, que regime faz e fará sentido ter?

Há já um conjunto de países (Dinamarca, Alemanha, Hungria, Islândia, Luxemburgo, Malta e Noruega), que deram o passo seguinte e assumiram o regime de Equipa Educativa, semelhante à pluridocência mas sem o seu caráter de compartimentação de disciplinas e saberes.

Este regime, ao contrário da pluridocência, pretende promover uma gestão integrada e integradora do saber. O trabalho é realizado por uma equipa de docentes (que pode ir aumentando aos poucos ao longo do ciclo), coordenada pelo docente titular de turma, onde todos os seus membros são corresponsáveis pelo desenvolvimento, cumprimento e avaliação de todas as áreas do currículo, de modo a garantir o desenvolvimento integral do aluno. Este trabalho colaborativo permite quebrar o isolamento dos docentes deste ciclo e potencia o aprofundamento especializado dos conteúdos de todas as áreas curriculares, tornando mais ricas as aprendizagens.

> **"Com o alargamento da escolaridade obrigatória, a criação das EBI, a estruturação dos departamentos curriculares, a constituição de agrupamentos verticais de escolas e a universalização da frequência da Educação Pré-escolar o ensino primário (cujo objetivo era ensinar a ler, a escrever e a contar, com algumas noções sobre o meio social) passou de ciclo único a ciclo inicial e, mais tarde, a ciclo intermédio da Educação Básica**

Helena Arcanjo (Delegada Sindical, EB1 Bairro Norton de Matos, Coimbra)

(re)configuração do 1º CEB para um ciclo de 6 anos: Vantagens e desafios

A 2.ª modernidade é acompanhada por caraterísticas demográficas, legislativas, sociais, culturais e simbólicas (Sarmento, 2004) que têm afetado a escola, nomeadamente o 1º CEB. Elas reconfiguram o modelo social contemporâneo com as alterações da composição e estatuto familiar, na reorganização dos espaço-tempo da vida quotidiana, nas opções das políticas sociais (incidências na redistribuição e nas transferências sociais para as famílias), nos progressos tecnológicos e na invasão do espaço doméstico, entre muitas outras.

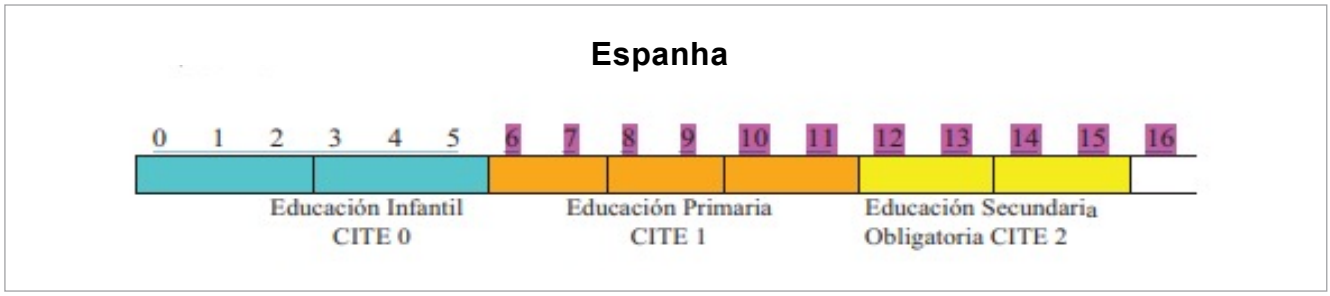
Em Portugal, nas últimas décadas assistimos ao envelhecimento do corpo docente (com o 1.º ciclo com uma média de idades de 48 anos), por um lado, e a uma complexificação do trabalho do professor deste nível de ensino face à difícil e árdua operacionalização competente das aprendizagens essenciais. A juntar a estes constrangimentos, assinalamos outro. A escola a tempo inteiro, de 10 horas, no mesmo espaço é altamente problemática (Formosinho, 2008). Assim, os docentes e alunos do 1º ciclo debatem-se com problemas estruturais que decorrem de políticas educativas da (i)responsabilidade do ME e/ou a falta delas.

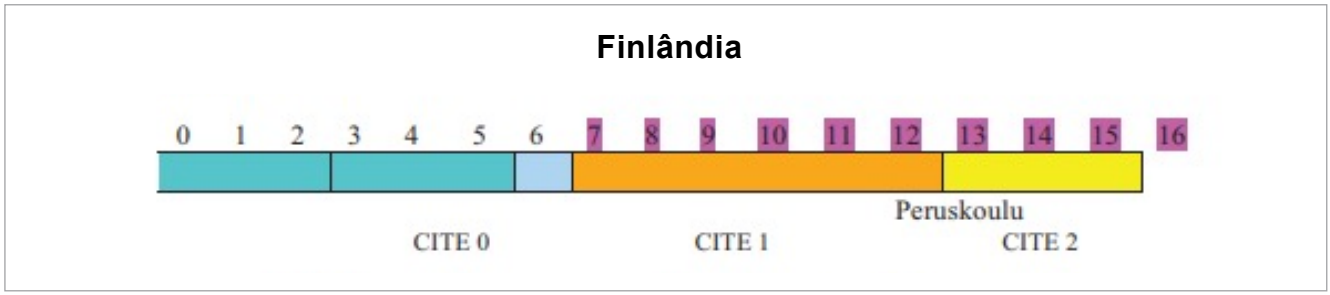
Hoje há consenso sobre a duração da infância (0-12 anos), pelo que será necessário refletir sobre as **vantagens** e **desafios** da reconfiguração do 1º e 2º ciclos para um ciclo único de 6 anos.

A possibilidade de se pensar um ciclo de 6 anos de forma integrada será facilitada pela presença neste nível de ensino de um número já elevado de docentes com formação inicial para o 1º e 2º ciclo, onde se incluem os professores de inglês e a existência de professores coadjuvantes, oriundos do 2º ciclo, em escolas do 1º CEB, e o facto de muitos alunos do 1º ciclo já partilharem o espaço de aulas em escolas de outros ciclos (ex: agrupamento de escolas, centros escolares ou escolas básicas integradas); o contacto cada vez mais frequente de alunos do 1º ciclo com alunos e professores do 2º ciclo. As vantagens serão inúmeras, especialmente para o 1º ciclo: aprendizagens a cargo de alguns professores; partilha de responsabilidades no currículo e na avaliação; igualização de horários entre o 1º e restantes ciclos; troca de experiências e preocupações/reflexão entre docentes do 1 e 2º ciclos; aumento de sinergias em torno de um ciclo único de 6 anos e maior proteção da infância, especialmente dos alunos entre os 10 e 12 anos.

Para avançar na reconfiguração do 1º ciclo é necessário equacionar alguns **desafios,** (re)equacionar a colocação de professores em equipas educativas em escolas do 1º e 2º ciclos; horários dos docentes com tempo para articular em equipa; horários dos docentes e alunos do 1º ciclo para 22 horas; (re) pensar a conjugação das aprendizagens essenciais previstas para o 1º e 2º ciclo para um ciclo de 6 anos; apoiar os docentes (formação e material didático) nesta mudança para um ciclo único de 6 anos, entre outros.

Outros países já fizeram uma mudança semelhante. Dois exemplos:





(Formosinho: 2008)

Ana Paula Pires (Coordenadora Regional da Educação Pré-Escolar do SPRC)

Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro

O século XX foi o século dos direitos das crianças, uma vez que marca a emergência e desenvolvimento de um quadro jurídico-legal de proteção à infância e de instituições e organizações transnacionais que defendem e promovem esses direitos.

Portugal acompanhou essa tendência, ainda que de forma paradoxal. Se por um lado foi um dos primeiros países a a aprovar uma Lei de Proteção à Infância(1911) e a consagrar na Constituição da República Portuguesa (1976), como direitos fundamentais, os da infância e a ratificar a Convenção dos Direitos das Crianças em 1990, por outro lado, muitos desses compromissos permanecem ainda por cumprir, não porque os direitos das crianças se assumam demasiado ambiciosos ou tecnicamente difíceis de promover, mas apenas porque a agenda política relativa à infância não é, ainda, no inicio do século XXI, uma prioridade" – in *"Pensar a educação de infância e os seus contextos" (2016)*

Em Portugal, a prioridade política tem sido a educação a partir dos 3 anos de idade, deixando de fora o grupo etário dos 0 aos 3 anos. Sendo hoje reconhecida como fundamental, esta faixa etária, no desenvolvimento da criança, não se compreende que uma criança só tenha acesso à Educação de Infância a partir dos 3 anos. A criação e o acesso a uma rede pública de creches, de qualidade e gratuitas é um direito que tem de ser reconhecido quer pela sua enorme importância pedagógica, quer pela necessidade de responder socialmente às famílias. E considerando que a oferta pública da educação é aquela que garante uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso e na promoção do sucesso ao longo da vida, exige-se que a Educação de Infância Pública (jardins de infância e creches) seja um Direito de Todas as Crianças!

Neste sentido dando seguimento à decisão do último Congresso da FENPROF, realizado em junho de 2019, a Coordenação Nacional da Educação Pré-Escolar tem vindo a desenvolver uma campanha designada de **"Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro"** através da qual uma série de iniciativas têm sido realizadas, como reuniões com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Encontro de Quadros Sindicais (online) com debate sobre as políticas educativas para o setor - a expansão da rede pública de jardins de infância, a obrigatoriedade de frequência deste nível de educação, o número de crianças por grupo, e a intervenção autárquica no exercício das competências na educação pré-escolar (tipologia dos edifícios, pessoal não docente e resposta social) - que contou com a participação dos grupos parlamentares do PS, PSD, BE, e PCP e de um representante da ANMP.

Uma Conferência Nacional para Docentes da Educação Pré-Escolar, realizada em dois momentos, nos dias 16 e 23 de novembro, em formato webinar, foi a recente iniciativa que revisitou e levou à discussão temas como a formação inicial dos educadores de infância, o brincar e ser ativo na educação pré-escolar, os desafios e dilemas deste setor de educação, o planear e avaliar e as conquistas e percalços no percurso de pensar a Educação de Infância a partir dos Direitos da Criança.Nela estiveram presentes cerca de 300 educadoras(es) de infância de todo o país, do continente aos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

> **"A criação e o acesso a uma rede pública de creches, de qualidade e gratuitas é um direito que tem de ser reconhecido quer pela sua enorme importância pedagógica, quer pela necessidade de responder socialmente às famílias.**

A falta de Professores não se resolve impondo horas extraordinárias

Seis anos não foram suficientes para o ME fazer face à visível redução de professores, seja por abandono da profissão, fruto da sua baixa atratividade, incluindo baixos salários e difíceis ou impossíveis condições de exercício, seja por o envelhecimento do corpo docente levar a que muitos, já debaixo de um profundo desgaste, se aposentem prematuramente e com grandes penalizações.

Perante a falta de professores, o Ministério da Educação (ME) volta a agravar condições de trabalho: decidiu retalhar horários vagos, sem candidatos, e indicar às escolas a distribuição de horas por professores já sobrecarregados e que, assim, veem a sua situação piorar. O ME impõe horas extraordinárias que vão aumentar o desgaste profissional, os casos de exaustão e deixar, já no primeiro período, os professores profundamente afetados nos planos físico e psicológico. Por este caminho, muitos serão os professores a ultrapassar os limites da sua resistência e muitos serão os alunos que acabarão, de novo, sem professores!

Não é aceitável qualquer acusação de absentismo se os casos de baixa por doença aumentarem! Em quatro dias, o número de horas que resultam de baixas temporárias ascende a 1000. É o cenário previsível, sendo que o ME, alheado dos problemas das escolas e dos trabalhadores da Educação, nada fez e continua a não fazer para encontrar soluções sérias e estruturais. Reiteradamente, a FENPROF apresentou propostas para isto, mas o ME nem respondeu nem as quis negociar. A medida que impõe agora é perigosa, inaceitável e desrespeita, uma vez mais, os professores.

Para a FENPROF, a solução passa por:

• Permitir que as escolas completem os horários incompletos;

• Tornar atrativa a profissão docente e recuperar os que a abandonaram;

• Criar incentivos à colocação em áreas onde há escassez de profissionais;

• Desbloquear a negociação para resolver os problemas.

Demagogicamente, o ministro que ainda há pouco negava ou desvalorizava o problema, vem agora dizer que a dissolução da Assembleia da República impede a negociação de medidas efectivas para resolver os problemas. Ignorou os alertas e recomendações de entidades nacionais e internacionais, entre as quais se encontram a FENPROF, o Conselho Nacional de Educação, a OCDE e a Internacional de Educação. Chegou a acusar a FENPROF e órgãos de comunicação social de agitarem uma crise não existente. No dia 22 de novembro, completam-se 22 meses que a situação lhe foi colocada pela FENPROF na única reunião realizada nesta legislatura.

Seis anos não foram suficientes para o ME fazer face à visível redução de professores, seja por abandono da profissão, fruto da sua baixa atratividade, incluindo baixos salários e difíceis ou impossíveis condições de exercício, seja por o envelhecimento do corpo docente levar a que muitos, já debaixo de um profundo desgaste, se aposentem prematuramente e com grandes penalizações.

Colegas,

Esta luta é pela dignificação e pela valorização dos professores e educadores. É pela garantia de um ensino de qualidade para Todos. É pelo direito de todas as crianças e jovens ao currículo e às aprendizagens em igualdade de condições de estudo e de acesso. Pactuar, hoje, com más "soluções" é pôr em causa o futuro.

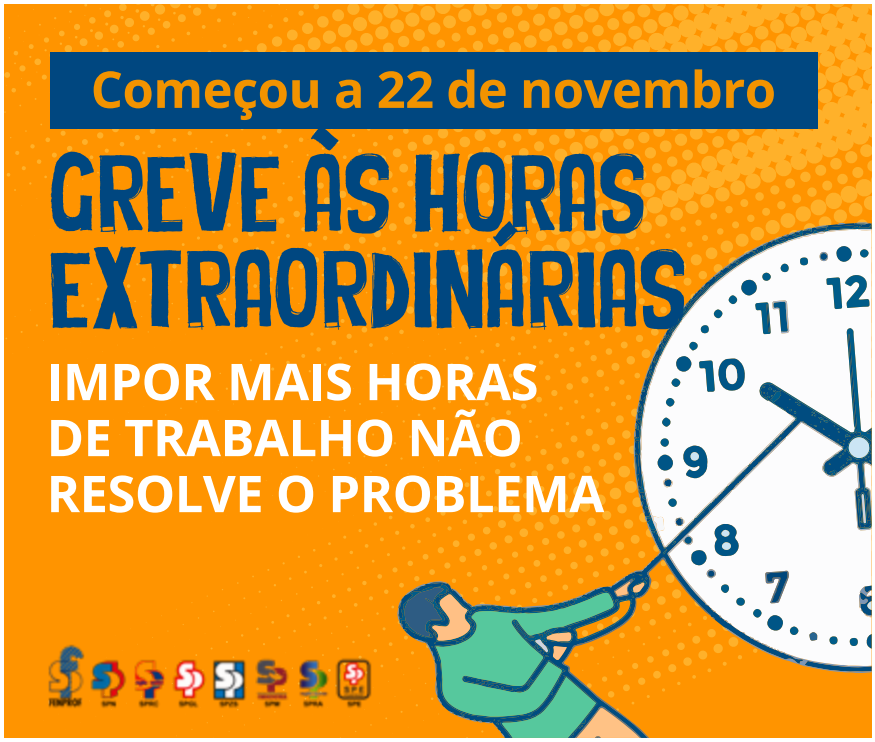
A FENPROF, contesta:

• A atribuição de horas extraordinárias sobre o horário já existente, como medida para superar a falta de professores que o ME consentiu e deixou agravar;

• As anteriores e estas novas sobrecargas de trabalho letivo e não letivo;

• As imposições que provocam ainda maior desgaste físico, psíquico e psicológico dos professores e educadores.

A tua Luta, a nossa Luta será o garante da defesa da profissão, da condição docente, dos teus direitos e de uma Escola Pública de qualidade!



Isa Martins (Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, Faro. Dirigente do SPZS)

A Cataplana

Quando penso na Avaliação de Desempenho Docente (ADD) para efeitos de progressão na carreira ocorre-me a ideia de "cozinhado", concretamente de uma cataplana, perdoem-me os que apreciam tal iguaria. Na verdade, tal como na cataplana, em que é necessário cozinhar os alimentos em duas fases, a ADD incide em duas componentes, a avaliação interna e a avaliação externa.

Como ingredientes imprescindíveis desta avaliação temos o relatório de autoavaliação, a observação de aulas, a formação contínua e as preciosas vagas, sujeitas a quotas (amêijoa boa/camarão bem caro). Estas quotas existem na progressão aos 5º e 7º escalões e impedem a progressão de milhares de professores. De uma injustiça atroz, permitem que professores com Excelente ou Muito Bom baixem esta menção para Bom. Supondo que a quota a atribuir fosse até 9,65 (o Bom situa-se entre os valores 6,9 e 7,9; o Muito Bom entre 8 e 8,9 e o Excelente entre 9 e 10), um professor que tivesse 9,64 (Excelente) seria avaliado com Bom e não progredia. De notar que o mesmo professor, numa outra escola/agrupamento ao lado, poderia progredir e ter um ano de redução na mudança para o escalão seguinte, caso a quota fosse, por exemplo, 8,9, já que teria Excelente.

Além disso, nos Açores não há vagas para acesso aos 5º e 7º escalões e na Madeira o número de vagas é igual ao número de candidatos. O cozinhado reside muitas vezes na avaliação interna em que os valores atribuídos nas componentes avaliadas não resultam do verdadeiro trabalho do professor, mas do valor que se pretende que este obtenha para manipular com a avaliação externa. Não basta o travão imposto pelo governo como também a mão de uma direção/gestão antidemocrática (que se diga, sem jeito para a cozinha).

Os professores sem vagas são colocados em listas pouco claras sem a mínima hipótese de poderem justificar o lugar que ocupam. Sem "provar o petisco", aguardam a progressão por tempo indeterminado. A "cataplana fora de prazo" causa mau estar surgindo a desmotivação e o desânimo pelas injustiças, perdas de tempo de serviço e falta de perspetivas de desenvolvimento profissional. A FENPROF tem lutado em torno desta questão. Porém, a indisponibilidade negocial, a intransigência e o desinvestimento dos sucessivos governos evidenciam a desvalorização dos professores e da Educação.

É preciso acabar com este cozinhado.

Exigimos o fim das vagas!

"Os professores sem vagas são colocados em listas pouco claras sem a mínima hipótese de poderem justificar o lugar que ocupam. Sem "provar o petisco", aguardam a progressão por tempo indeterminado. A "cataplana fora de prazo" causa mau estar surgindo a desmotivação e o desânimo pelas injustiças, perdas de tempo de serviço e falta de perspetivas de desenvolvimento profissional.

Ana Maria Leitão (Dirigente do SPRC, Agrupamento de Escolas do Fundão)

Quando os professores são os seus próprios carcereiros...

O famigerado SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública é altamente discriminatório, penalizador de bons profissionais e muitas vezes conivente com o amiguismo, favoritismo e outros ismos que me escuso aqui de enumerar.

O modelo de avaliação docente e os muitos carcereiros que pululam pelas escolas condenam os professores a não progredirem na carreira durante anos e começa o circo: em janeiro entra-se na lista e sai-se da lista em janeiro do ano seguinte, na melhor das hipóteses. Entretanto, perdemos dinheiro no presente e no futuro já que toda a carreira contributiva conta para o cálculo da pensão. Como se não bastasse o roubo dos 6 anos, 6 meses e 23 dias, que o Ministério da Educação e o Governo PS teimam em nos fazer, a última tranche dos 2 anos, 9 meses e 18 dias, que até agosto de 2021 deveria estar contabilizada, não será recuperada por estes professores, ou seja 339 dias perdidos. Avivando a memória de alguns, o roubo do nosso tempo de serviço vem de um outro famigerado Governo do PSD/CDS.

Sim senhor, que bem servidos! Como diz a sabedoria popular «cada um tem o que merece». Será que também nesse campo temos sido os nossos próprios carcereiros?!

O saque, de facto, é grande! Fica uma pergunta: será que os avaliadores têm consciência que as consequências dos seus atos são de tal monta?!

É que parece que o próprio Ministério da Educação, a certa altura, quis emendar um pouco a mão, fazendo publicar uma Nota Informativa onde se afirma que, caso a Reclamação e / ou Recurso Hierárquico seja atendido, os seus efeitos serão extra quota, não interferindo com os processos de avaliação dos demais professores. Pois pasme-se, por décimas não atribuídas, os professores continuam a não atingir o percentil necessário para entrar nas tão famigeradas quotas, porque os seus colegas avaliadores/ árbitros não o permitem. Colegas que trabalham ali, lado a lado, que veem, que conhecem o trabalho dos professores encristam nas suas doutas posições, comportando-se como verdadeiros carcereiros!

Ou será que estes colegas são os tais Doutos do mega agrupamento – outra peçonha no nosso sistema- que não conhecendo a realidade dos ciclos de ensino que, por acaso, também existem nas outras escolas do seu agrupamento, avaliam do alto da sua cátedra e dos seus preconceitos os pobres mortais, sempre prontos para o sacrifício?! É que para muitos avaliadores é logo assumido à cabeça que, dê por onde der não se atribuirá mais que B/MB, pois a excelência é algo que só a alguns, e aos próprios, pertence.

Atendendo a que a distribuição de serviço, cargos e projetos são da responsabilidade da Direção e muitas vezes atribuídos a professores com muitas horas de redução ao abrigo do artigo 79º do ECD, não podem os professores ser prejudicados por não exercerem tais cargos. Como se pode exigir a um professor que, por força do ECD, tem 20 horas letivas e a quem são atribuídas 24 horas letivas com apoios educativos à turma inteira e direção de turma, que seja mais criativo, inovador e que participe de forma voluntária noutros projetos. Cargos como a direção de turma, dos mais difíceis de exercer nas escolas, pois é necessário gerir sensibilidades e expectativas de alunos e encarregados de educação, gerir conflitos entre alunos, colegas, direção e ainda as infindáveis burocracias, são completamente desvalorizados, pois

não contribuem para o show off e folclore de que as Direções das escolas tanto gostam. O bom trabalho que se faz no dia a dia, com os alunos, o trabalho de formiguinha, o verdadeiro trabalho de professor, não interessa nada para a excelência.

Posto isto, o que temos são avaliações injustas e atribuições de natureza arbitrária com quotas destinadas a um número restrito de eleitos que, não raras vezes, "antes de o serem já o eram" como o ovo no dito da galinha.

Talvez um dia, passada a tempestade emocional e o choque frontal de que os professores têm sido vítimas nestas avaliações, absolutamente injustas, consigamos, sem vontade de esganar alguém, olhar para os tesourinhos deprimentes que constam dos nossos processos:"a classificação de 10 corresponde à perfeição e, apesar de se reconhecer um trabalho docente excelente, não se verificou a presença de indicadores e evidências inerentes à classificação máxima…"

Exemplos de que as escolas e os seus carcereiros vão além do legislado são múltiplos: obrigatoriedade de ser formador, obrigatoriedade de fazer formação anual de 25 horas, de acordo com os interesses da escola, para além da formação exigida pelo ME; obrigatoriedade de apresentação de um dossiê com as evidências, entre muitos outros exemplos que se poderiam dar.

Como se não bastasse, o percentil exigido num agrupamento para se obter vaga nas quotas é diferente do percentil exigido no agrupamento ao lado e uma menção de MB entra na quota e uma menção de Excelente fica fora da quota. Que virtuoso modelo!

Após 14 anos de implementação deste modelo de avaliação o que se ressalva é o impedimento da progressão na carreira de muitos professores, desmotivação, depressão com consequências diretas no seu trabalho com os alunos, o elemento mais importante e valioso da profissão.

Avaliar é importante quando o objetivo dessa avaliação visa a evolução do professor e o seu melhor desempenho, mas se esse fosse o objetivo não havia necessidade de existirem quotas. Através do SIADAP, apenas se penaliza a progressão na carreira e visa a poupança de uns míseros trocos no que toca ao Orçamento de Estado.

Há que negociar, urgentemente, um modelo de avaliação da administração pública, equitativo, formativo, sem quotas, que contribua para a valorização dos trabalhadores da administração pública e para serviços públicos de qualidade que sirvam o país.

É sempre tempo de lutar, mas agora é o tempo, é o tempo de pressionar os partidos, comprometer, fazer assumir posições coincidentes com os nossos objetivos. Está nas nossas mãos.

Não baixemos os braços! Vamos à luta!

Anabela Ribeiro (Professora do 1º CEB na EB1 do Canhoso, AE "A Lã e a Neve", Covilhã)

Projeto Maia – aprendizagens essenciais e desmaterialização do currículo

Maia vs Organização das escolas

O que é que este novo modelo de avaliação traz de novo, quando comparado a modelos já experimentados anteriormente?

Os alunos e o ensino ganham alguma coisa com esta mudança de paradigma avaliativo das aprendizagens?

Em que medida estas mudanças vieram alterar a vida organizativa das escolas?

Os professores, os responsáveis escolares e os pais estão preparados para esta mudança?

O modelo vai simplificar, numa perspetiva burocrática, a vida aos professores e a todos os que, de forma direta ou indireta colaboram na avaliação dos alunos?

Na prática, o que vai acontecer?

Este Sistema de Avaliação visa a Melhoria das Aprendizagens e pretende adequar-se a alterações legislativas (DL 54/2018 e DL 55/2018) em matéria de Política Educativa. Visa uma maior adequação às metodologias de ensino diárias, através da diversificação dos processos de recolha de informação sobre o que os alunos aprendem e como aprendem e pretende centrar-se fundamentalmente numa Avaliação Formativa que forneça informação ao aluno e ao Encarregado de Educação. Pretende-se saber o que efetivamente o aluno aprendeu e, em simultâneo, fornecer ao professor informação sobre as suas dificuldades para que possa escolher as melhores estratégias para as ultrapassar. Para isso, apoia-se em rubricas que traduzem o nível de desempenho dos alunos face aos Critérios de Avaliação adotados e terá momentos classificatórios de Avaliação Sumativa, menos frequentes do que os de Avaliação Formativa, com informação mais detalhada sobre as aprendizagens realizadas. Para tal, terão de se fazer sempre rubricas para cada um dos domínios: Conhecimento (disciplinar, interdisciplinar, prático

→

e experimental), Comunicação (oral, escrita digital e artística), Autonomia e Responsabilidade. Este trabalho assenta em Standards/Padrões/ Norma a aplicar nas diferentes tarefas/ processos de recolha de informação para fins avaliativos.

Todo este trabalho terá de ser efetuado para cada uma das disciplinas do currículo de cada ano de escolaridade e deverá incidir nos critérios gerais por áreas dominantes, devendo traduzir tudo o que os alunos devem aprender em cada disciplina ao longo do ano letivo, com níveis de desempenho (Insuficiente, Suficiente, Bom, Muito Bom…)

Depois desta breve apresentação sobre este novo modelo de avaliação, poderemos considerar que o propósito é válido, contudo, nada traz de novo comparativamente com os modelos já experimentados, pois toda a avaliação já se baseava nestes mesmos princípios: avaliar e essa avaliação servir de ponto de partida para as aprendizagens seguintes, dando o Feedback ao aluno e Encarregado de Educação.

Os alunos, os professores e os encarregados de educação nada mais ganham com esta mudança na avaliação, pois já antes, com os modelos em uso e devidamente experimentados, tinham essa informação sobre a sua evolução na aprendizagem e sobre as dificuldades que em concreto necessitavam ultrapassar. Pelo contrário, o excesso de burocracia e tempo despendido pelos docentes para a produção e preenchimento de todos estes documentos exigidos, acaba por intoxicar o ensino com soluções que não foram testadas previamente, na nossa realidade. Basta pensar na quantidade de documentos que cada professor titular de turma do 1º ciclo terá de produzir e classificar em cada momento de avaliação e ao longo de todo o ano letivo tendo em conta a quantidade de diferentes disciplinas, com rúbricas diferentes e critérios/ descritores diferentes em cada uma delas. O mesmo para os professores dos outros níveis de ensino, tendo em conta o número de turmas que lhes são atribuídas e o elevado número de alunos por turma. Mesmo sendo um excelente professor, essa excelência não será suficiente para superar com rigor tal árdua tarefa. O tempo que restará para efetivamente preparar o seu trabalho e ensinar verdadeiramente o que os alunos precisam aprender ficará seguramente em último plano.

> **“O excesso de burocracia e tempo despendido pelos docentes com esta mudança na avaliação, para a produção e preenchimento de todos os documentos exigidos, acaba por intoxicar o ensino com soluções que não foram testadas previamente, na nossa realidade.**

Resta salientar que estas mudanças vieram alterar significativamente a vida organizativa das escolas, acrescentando mais horas de reuniões entre os docentes e com os encarregados de educação e aos que de uma forma direta ou indireta colaboram na avaliação dos alunos. Os próprios pais/ encarregados de educação não percebem o propósito desta mudança nem sequer entendem os conteúdos desses documentos e o porquê da quantidade de documentos que lhes são dados a assinar. Na prática, esta sobrecarga de trabalho em nada mais beneficiará o processo de ensino e aprendizagem, pelo contrário, estamos no início do ano letivo e os professores já se sentem numa fase de exaustão que não conseguirão aguentar até final do ano.

Na realidade, nem os professores, nem os responsáveis escolares, nem os pais estão preparados para esta mudança que em nada irá mudar a forma de ensinar, quando muito, mudará para pior, pois os docentes sentem- -se completamente exaustos e sem tempo para conseguirem preparar as suas aulas e dar resposta às necessidades dos alunos para o seu progresso nas aprendizagens, pondo em causa a promoção do sucesso no processo ensino/aprendizagem. ●

Duarte Correa Piñeiro (Galiza, Sindicalista da CIG-Ensino)

A partida da "mutti"

É correto, realmente, ter essa ideia de Angela Merkel?

Após dezasseis anos a presidir ao governo alemão e tendo a última palavra nas importantes decisões da União Europeia, é anunciado que Angela Merkel vai deixar as nossas vidas. A sua saída é acompanhada de grandes panegíricos, apresentando-a como aquela *"mutti"* (mãe em alemão) que todos gostaríamos de ter, uma mãe boa e compreensiva, preocupada em dar um futuro próspero aos seus filhos; inimiga da estridência e do espetáculo, mas firme e dura quando tem de ser.

Podemos realmente manter essa ideia de Angela Merkel? Aquela pessoa meticulosa, sensível e preocupada era apenas uma imagem?

Quem leva em consideração exclusivamente os indicadores macroeconómicos da Alemanha, avaliará como muito positiva a sua gestão, pois manteve a Alemanha como a primeira economia e motor da União Europeia; Avaliação que aumenta se considerarmos que superou grandes crises económicas no seu longo período de governo.

Se olharmos as comparações que se fazem com outros líderes mundiais com quem partilhou papéis, como Berlusconi, Trump ou Putin, dir-se-á que Merkel soube estar e revelou um *know-how* que os outros não possuíam.

Nas semanas que antecederam a sua saída da governação, é praticamente, unânime destacar, entre as muitas decisões que tomou, especialmente duas que fizeram sobressair uma imagem de imenso humanitarismo. A primeira, quando, face à crise dos refugiados de 2015, disse que as fronteiras da Europa tinham de ser abertas; a segunda, quando, em 2020, decidiu eliminar a política económica baseada no equilíbrio orçamental e na chamada "austeridade".

Com base nestas duas medidas, é compreensível que a figura de Angela Merkel tenha um nível de aceitação amplamente positivo entre a população do seu país e da União Europeia, como um todo. Mas a figura e a governação de Merkel, excluindo a limpeza da sua imagem e considerando os dados macroeconómicos, traduziu-se por um grande avanço nas políticas neoliberais, pela imposição de cortes na UE, com base na lei do mais forte, e por uma deterioração significativa das condições de vida na própria Alemanha, sem avançar na convergência entre os territórios oriundos da RDA e os da RFA.

As suas decisões contribuíram para outra característica fundamental do sistema político alemão: dos seus quatro mandatos como chefe de governo, três presidiam executivos da chamada grande coligação, repartindo responsabilidades entre o seu partido, a CDU (de direita), e o social-democrata SPD.

Na Alemanha pós-Merkel, os baixos níveis de desemprego oficial coexistem com o aumento da insegurança no emprego, o aumento exponencial dos falsos trabalhadores independentes, contratos inúteis e a necessidade de vários empregos para ter rendimento de trabalho decente no final do mês. De acordo com os dados de 2019, mais de 16% da população alemã vive abaixo do limiar da pobreza, as infraestruturas estão a deteriorar-se devido à falta de investimento e várias mudanças no sistema de pensões levaram a uma redução muito significativa do seu valor.

A sua política de abertura de fronteiras aos refugiados vindos da Síria, Afeganistão e de outras zonas de conflito na Ásia e na África não tinha outro objetivo a não ser fomentar o aumento dos lucros das empresas. A entrada dessas centenas de milhar de pessoas no mercado de trabalho alemão fez com que, juntas, trabalhassem como o exército industrial de reserva de que Marx falava, aceitando empregos em troca de salários muito baixos e, involuntariamente, pressionando os setores de trabalho que assistiram, ao longo deste período, à deterioração das suas condições de trabalho e à queda dos salários reais.

Se falamos da sua política europeia, existem decisões aparentemente contraditórias, como a imposição, há uma década, a alguns estados, com destaque para a Grécia e Portugal, de medidas de austeridade que agravaram situações de miséria, e, agora, a criação de um fundo de recuperação para conter as consequências da COVID-19. Algo que é apresentado como mérito de Merkel, que finalmente conseguiu recobrar os sentidos, sendo que ambas as decisões respondem exclusivamente a dois momentos distintos e a um objetivo comum, o objetivo de manter os níveis de lucro das grandes corporações e da banca.

A decisão de ser inflexível e de sufocar os povos da troika, como os gregos ou portugueses, deveu-se, principalmente, à exigência de que os bancos alemães e os investidores em dívida não perdessem o seu dinheiro. A decisão de tomar todas as medidas necessárias para salvar os bancos, sem ter em conta o sofrimento da população, tornou-se a norma em toda a União Europeia.

→

Diante da situação gerada pela pandemia, era muito complexo manter uma política de défice zero, pois poderia levar ao colapso de alguns países, favorecer a estratégia chinesa e provocar convulsões sociais. Três cenários que, se ocorressem, tanto juntos como separadamente, teriam repercussões negativas para a alta finança e reduziriam o prestígio e o poder de uma Merkel inflexível. Esses são os motivos que a levaram a mudar de posição, com o aplauso de todos os governantes europeus.

O Fundo de Recuperação, popularmente conhecido como *Next Generation*, pouco difere da famosa "austeridade", mas incorpora uma "vaselina". Como diz Yanis Varoufakis, o *"…Fundo de Recuperação é intencionalmente insignificante em termos macroeconómicos, ou seja, é pequeno demais para defender os povos e comunidades mais fracos da UE da austeridade que inevitavelmente virá, assim que Berlim receber luz verde para a "consolidação fiscal" para controlar a expansão das dívidas nacionais"*. Esta "vaselina" é incorporada para que as condições que os estados devem cumprir (reforma das leis do trabalho, redução da despesa pública, modificação do sistema de aposentação por meio de mecanismos de privatização avançados, aumento da idade e anos de cálculo ...) sejam assumidas pela população como um mal menor, diante da perspetiva de uma situação de hecatombe e de não recebimento desses fundos.

Angela Merkel está de saída e aqueles para quem ela trabalhou agradecem-lhe, pois ela garantiu que eles continuarão ganhar dinheiro, não importando que seja às custas da dor e do sacrifício do povo alemão e do resto dos povos da União Europeia. E também deixou para a posteridade um conceito de democracia que pode parecer aberrante, mas é central para a UE e todo o mundo capitalista; aquele conceito por ela utilizado repetidamente nos seus discursos no próprio *Bundestag*, o *"Marktkonforme Demokratie"*, que, traduzido, significa "Democracia baseada no mercado". Ou seja, para ela, os interesses do mercado são fundamentais, sendo a democracia um apêndice que deve funcionar e organizar-se a partir das necessidades de quem controla a economia. ●

Isabel Melo (Departamento dos Professores Aposentados do SPRC)

Teimosamente temos de VIVER!

A vida ficou adiada com a pandemia da Covid-19. Os mais velhos, os aposentados, viram a sua normalidade profundamente alterada – têm que se proteger, não sair de casa sem máscara, tomar mais vacinas, não ver os filhos e os netos, não conviver com os amigos…

Já lá vão dois anos e ninguém sabe quando isto acabará…

O isolamento forçado angustia-nos e torna-nos mais vulneráveis, os problemas de saúde aumentam e as estruturas de saúde canalizam a sua atividade para o imediato, tornando o apoio geral à saúde cada vez mais difícil.

Os dias passam e nós adiamos os nossos projetos pessoais, familiares e sociais…

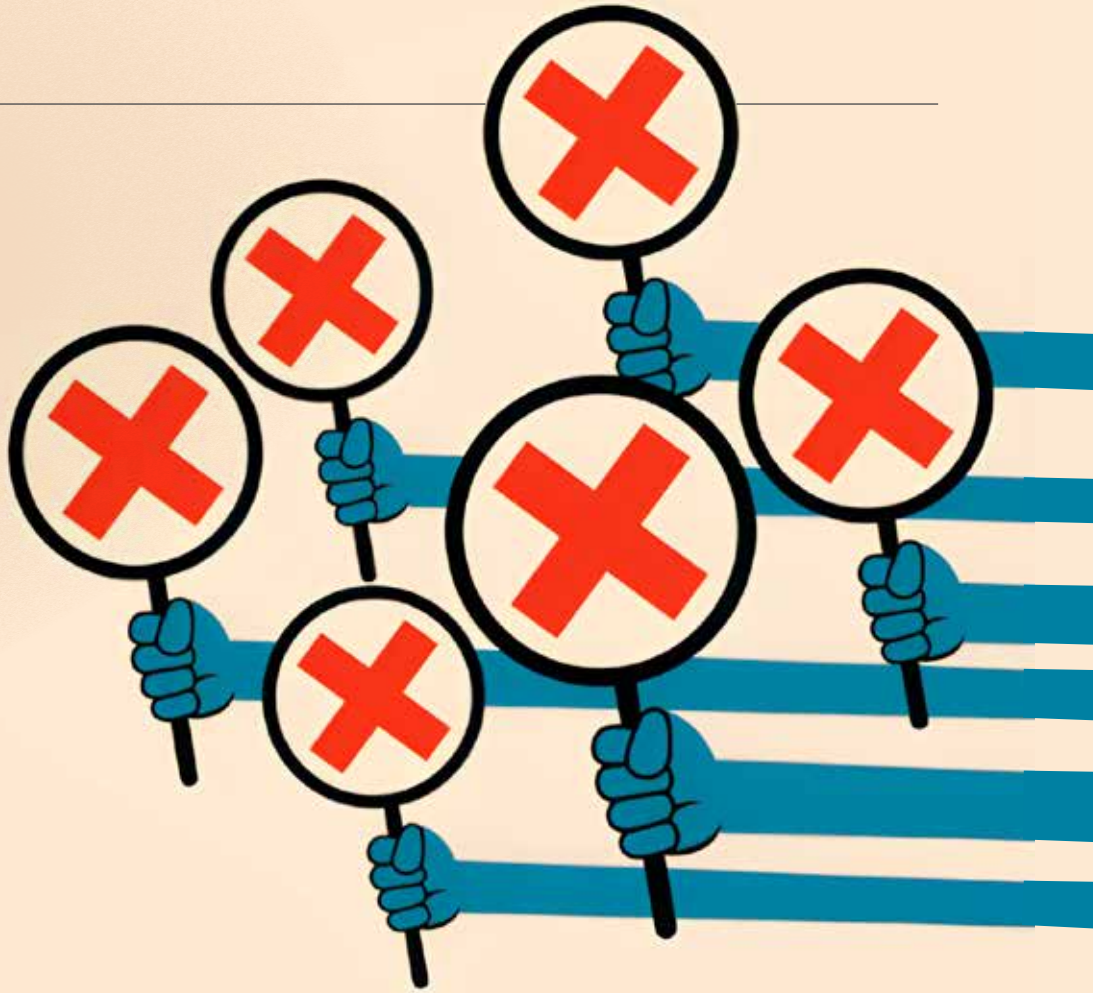
Também as atividades sindicais especificamente centradas nos aposentados têm sido adiadas.

O setor de Aposentados do SPRC tinha programado atividades culturais para novembro, nomeadamente uma visita ao Porto, com ida à Casa da Música, incluindo outras atividades culturais. Face aos atuais resultados, que acentuam que a pandemia voltou a piorar, teremos de adiar para o próximo ano estas e outras atividades.

Para além das atividades recreativas e culturais, importa também valorizar a situação dos aposentados e, nesse sentido, a 24 de março de 2022, realizaremos a 3.ª Conferência Nacional de Aposentados da FENPROF. Assim, os três primeiros meses do ano terão de ser focalizados na preparação desta conferência, com a discussão dos documentos e eleição dos delegados.

Entretanto, teremos de continuar a mobilizar os nossos colegas aposentados para a programação de atividades sindicais e culturais, promovendo junto de todos uma cidadania ativa que valorize a profissão docente e cada um de nós.

Teimosamente teremos que viver! ●



Fica o registo:

Na Assembleia da República, os mesmos do costume contra os professores

Na passada sexta-feira, dia 19, na Assembleia da República, foram chumbados três projetos de resolução que recomendavam ao governo a eliminação do regime de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente ou, na prática, a anulação dos seus efeitos. Os responsáveis pelo chumbo foram os habituais: PS e IL, que votaram contra os três projetos, acompanhados, num deles, pelo PSD; PSD e CDS que, comodamente, optaram pela abstenção (com a exceção antes referida), inviabilizaram a aprovação destas resoluções. A saber:

• Projeto do PAN: Recomendação de vagas em número igual ao de docentes em espera e recuperação do tempo de serviço perdido na lista de espera (PAN, BE, PCP, PEV e deputadas independentes votaram a favor; PS e IL votaram contra; PSD e CDS abstiveram-se, inviabilizando aprovação);

• Projeto do BE: Recomendação de remoção dos obstáculos para progressão aos 5.º e 7.º escalões (BE, PCP, PAN, PEV e deputadas independentes votaram a favor; PS e IL votaram contra; PSD e CDS abstiveram-se, inviabilizando aprovação);

• Projeto do PCP: Recomendação de eliminação das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões (PCP, BE, PAN, PEV e deputadas independentes votaram a favor; PS, PSD e IL votaram contra; CDS absteve-se).

Apesar de serem, apenas, recomendações ao governo que não o obrigavam a acolher, PS, PSD, CDS e IL confirmaram as suas posições face a um grupo profissional que, também por falta de atratividade da carreira, já vive um problema sério de fuga dos jovens à profissão, com reflexo na falta de professores em muitas escolas.

Recorda-se que os cerca de cinco mil docentes que estão hoje impedidos de progredir aos 5.º e 7.º escalões, reúnem os requisitos exigidos para a progressão: avaliação positiva (que, em muitos casos, lhes teria permitido dispensar das vagas, mas, devido às quotas de avaliação, ficaram retidos), formação contínua e observação de aulas nos casos em que é exigida. Acrescente-se que, relativamente ao tempo de serviço, são milhares de docentes que já deveriam estar em escalões muito acima daqueles em que se encontram retidos. No entanto, na sequência do roubo de vários anos de serviço cumprido, vivem uma situação que os impedirá de algum dia atingirem o topo da carreira, ao que se somará, mais tarde, um fortíssimo impacto negativo no cálculo das suas pensões de aposentação. Um claro exemplo da desvalorização em que alguns partidos continuam apostados.

Os professores não esquecerão quem está contra si! | *SN FENPROF*

Dezenas de docentes debateram os desafios do Ensino Artístico Especializado público e privado

A FENPROF realizou, no dia 13 de novembro, o primeiro Encontro Nacional do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança, que contou com a participação de especialistas nas matérias em discussão, nomeadamente, a missão, ofertas educativas, rede e financiamento.

Este Encontro juntou docentes do ensino público e do ensino particular e cooperativo, tendo sido visível, no painel referente à situação socioprofissional dos docentes do EAE, a existência de problemas comuns, como por exemplo, a insuficiência de financiamento por parte do Estado para este setor de ensino, mas também, problemas próprios do setor do ensino particular e cooperativo, concretamente a inexistência de um contrato coletivo de trabalho subscrito pela FENPROF, a precariedade e o abuso na elaboração dos horários dos docentes.

Com apenas uma abstenção, foi aprovada pela maioria dos participantes uma Resolução na qual se defende:

1. Em matéria de financiamento dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo deverá ser reposta a regra do escalonamento no financiamento dos Contratos de Patrocínio, tomando em consideração as habilitações profissionais e a antiguidade dos docentes;

2. O modelo de financiamento não deverá impedir ou limitar a progressão na carreira docente, e deverá permitir a organização e duração dos horários letivos dos docentes do ensino particular e cooperativo no sentido de haver convergência com o ensino público;

3. Se torna indispensável um novo

> **A elaboração de normas específicas para os docentes a exercerem funções no EAE da Música e da Dança que não deverá ignorar a sua condição de artistas, importante mais-valia para este setor de ensino.**

Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo que reponha direitos e que respeite e dignifique o exercício da função docente no EAE, tendo em conta as especificidades desta modalidade de ensino;

4. A elaboração de normas específicas para os docentes a exercerem funções no EAE da Música e da Dança que não deverá ignorar a sua condição de artistas, importante mais-valia para este setor de ensino;

5. A criação de legislação excecional que permita a vinculação e estabilização na carreira docente dos professores de Ensino Artístico de disciplinas nas quais, dada a sua especificidade, não é viável, a construção dos chamados horários completos;

6. O Ministério da Educação deverá fiscalizar e controlar devidamente as verbas públicas transferidas para os estabelecimentos de ensino, de modo a evitar a sua utilização para fins distintos do seu objetivo, incluindo aqui o dever de fiscalização do cumprimento dos planos curriculares que integram as candidaturas ao contrato de patrocínio;

7. O desempenho dos professores acompanhadores seja sempre considerado como trabalho letivo;

8. A contagem, para efeitos de progressão na carreira, do tempo de serviço dos professores acompanhadores da Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional (EADCN), desde o início das suas funções;

9. Urge atualizar o elenco de habilitações dos docentes de Música das escolas do ensino artístico especializado, tendo em conta, desde logo, que em áreas como o Jazz e a Música Antiga, por exemplo, a formação inicial de professores não tem em conta subgrupos de docência constantes da Portaria n.º 693/98, de 3 de setembro, e legislação subsequente, os quais estão igualmente ausentes nas aplicações de concurso disponibilizadas pelo SIGRHE;

10. Deverá ser criada uma rede nacional do Ensino Artístico Especializado, articulada entre diversas escolas tipificadas, salvaguardando a indicação de uma escola de referência por cada unidade territorial (a definir), responsável pela coordenação educativa e a monitorização das escolas da área territorial;

11. O Estado deverá alargar a rede pública, quer na produção de oferta própria em zonas carenciadas, quer na instalação de escolas de referência (acima referidas), como forma de consolidar a rede constituída em cada unidade territorial;

12. A reestruturação e o reforço do ensino artístico especializado não dispensa o Governo de promover, reforçar e dignificar a Educação Artística no ensino genérico, em todos os níveis de ensino, desde logo a partir da educação pré-escolar;

13. Nenhuma política para o ensino artístico poderá ou deverá estar desligada da política do Governo para a Cultura, uma vez que, sendo da formação de artistas que estamos a falar, o ensino artístico não pode alcançar os seus objetivos sem a existência de uma política cultural assumida como pilar essencial de uma sociedade democrática. Neste sentido, é essencial que o Governo assuma corajosamente a dotação orçamental para a área da Cultura de, pelo menos, 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Também em Portugal, os casos de Covid-19 estão a aumentar, sendo atingidos números que, há alguns meses, não se verificavam, quer em relação a novos casos, quer a internamentos e óbitos. Sendo previsível que, como aconteceu nas anteriores vagas da pandemia, Portugal atinja os valores mais elevados um pouco mais tarde que o resto da Europa, impõe-se que desde já se procure evitar o agravamento da situação.

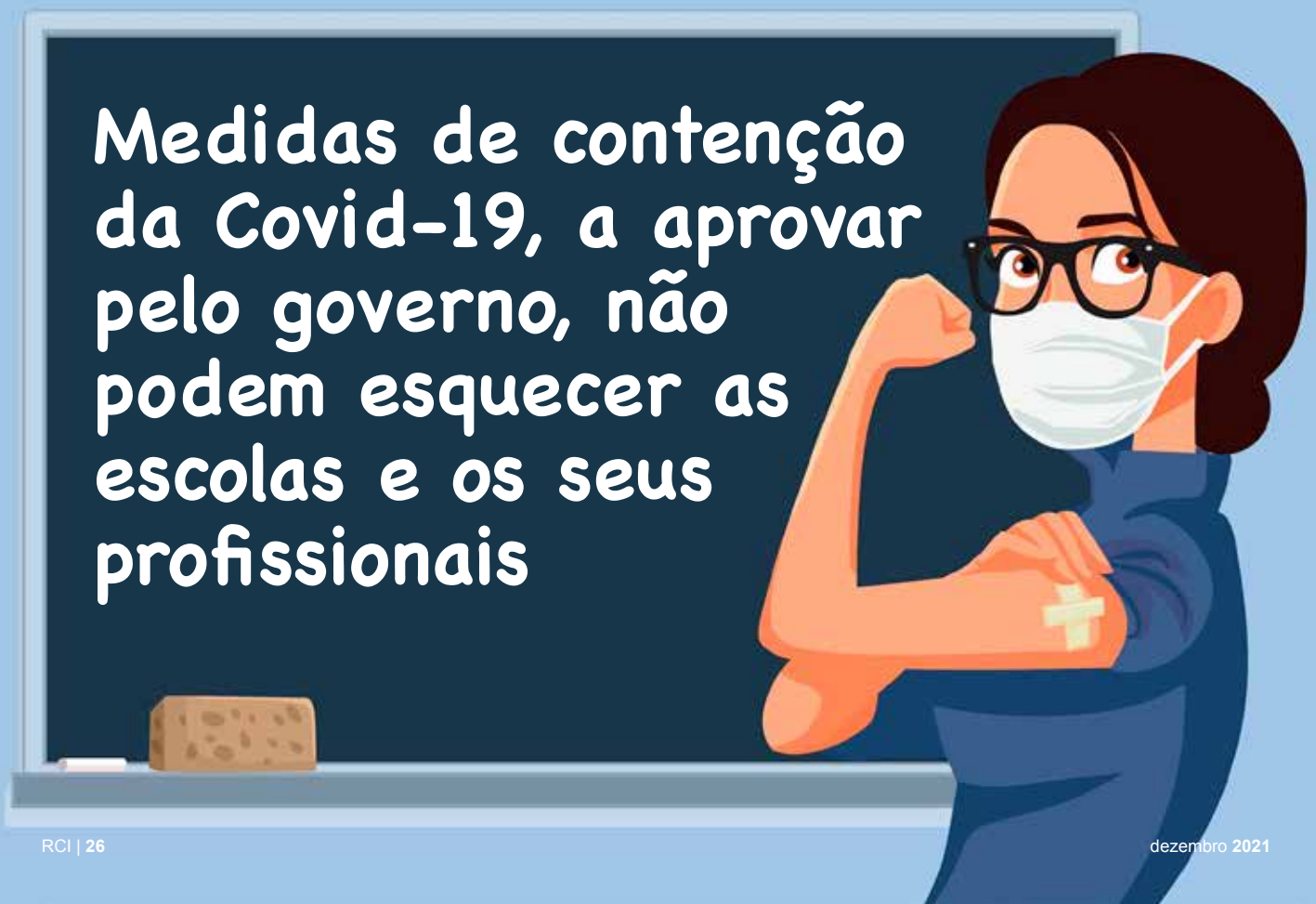
Amanhã, quinta-feira, o governo irá aprovar medidas destinadas a conter a propagação da Covid-19. A FENPROF espera que estas também se destinem às escolas e aos seus profissionais, tanto mais que os grupos etários em que os níveis de transmissibilidade se apresentam mais elevados são, precisamente, os das crianças e jovens em idade escolar. A situação é confirmada pelo facto de, praticamente em todo o país, haver turmas em isolamento, com milhares de alunos a voltarem ao indesejável regime de ensino a distância, como medida de recurso. Há professores já com várias turmas em casa, mas, apesar disso, nem sempre estes profissionais estão a ser testados, com a justificação de estarem vacinados. Como sabemos, a vacina não evita o contágio e como os docentes lidam com muitas pessoas (alunos de várias turmas, colegas, trabalhadores não docentes das escolas, pais e encarregados de educação e, ainda, com os seus próprios familiares e amigos) é necessário que sejam considerados no âmbito das medidas a aprovar.

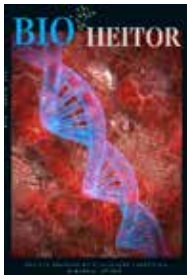
Há um ano, o governo desvalorizou o papel das escolas na transmissão do vírus, com o ministro a repetir que não eram espaço de transmissão, mesmo quando já se tornava evidente que isto não era verdade. Só no primeiro período do anterior ano letivo, o número de escolas em que houve casos de Covid-19, muitas vezes surtos, ultrapassou as 3000. Em janeiro, o governo acabou por ser forçado a optar pelo encerramento, regressando o ensino remoto, como solução de emergência, com todos os prejuízos que daí decorreram. Também no ano letivo transato, mas já no atual ano civil, os responsáveis do Ministério da Educação manifestavam, contra as evidências, oposição à vacinação dos profissionais das escolas. Porém, o Ministério da Saúde acabaria por anunciar a vacinação, uma decisão pela qual a FENPROF tanto se bateu.

Chegados a este momento, com os casos de Covid-19 a aumentarem, a população escolar a apresentar elevados de transmissibilidade e as escolas a terem muitos alunos, por vezes turmas inteiras, em isolamento, a FENPROF espera que o governo, entre outras, anuncie as seguintes medidas:

- Reforço das condições de segurança sanitária nas escolas, designadamente a utilização de máscara em todos os espaços, a medição da temperatura corporal e a garantia de distanciamento físico nas salas de aula;
- Realização de testes a todos os profissionais que exercem atividade com turmas nas quais se identifiquem casos de Covid-19, bem como testagem periódica da comunidade escolar;
- Consideração dos docentes, tal como já acontece com outros profissionais e aconteceu na primeira fase de vacinação, como grupo prioritário no processo de vacinação.

Por último, a FENPROF recorda que a segurança e saúde no trabalho é matéria identificada na lei como sendo objeto de negociação coletiva. Ora, num momento em que o ministro, finalmente, anunciou vontade de negociar, seria ainda mais incompreensível se voltasse a não respeitar a lei. | *SN FENPROF*





BioHeitor

Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã.

Realizou-se mais uma edição do Concurso Nacional de Jornais Escolares 2020/21, tendo participado várias escolas e agrupamentos da região centro. Este ano o destaque vai para a "BioHeitor", revista de divulgação científica, da Escola Secundária Frei Heitor Pinto.

O júri decidiu atribuir, ao trabalho, com o título "Genética Humana", publicado na edição n.º 6 desta revista, o Prémio Especial "Melhor trabalho em Ciência". A "BioHeitor" é graficamente bem cuidada e tem uma boa organização interna. Parabéns à escola, aos alunos e aos professores que fazem o seu trabalho prestando um inegável serviço público.

A edição desta revista que tem o trabalho premiado pode ser consultada em https://issuu.com/aefhp/docs/bh_6_-_abril_2021.

A "BioHeitor" foi, também, distinguida na 4.ª edição da Escola Amiga. A Escola Amiga da Criança é "uma iniciativa conjunta da CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), da LeYa e do psicólogo Eduardo Sá, que visa distinguir escolas que concebem e concretizam ideias extraordinárias, contribuindo para um desenvolvimento mais feliz da criança no espaço escolar e essencialmente partilhar essas boas práticas".

Post Scriptum

Escola Secundária com 3.º Ciclo D. Dinis, Coimbra

A Post Scriptum não foi alheia ao período difícil por que todos passámos e disso dá registo no seu editorial. De facto "o olhar continuou a ser a única expressão visível da alma", mas vamos ter paciência para conseguirmos mais um momento difícil que parece estar, de novo, a bater-nos à porta.

Professores e alunos relevam a importância de ter passado pela D. Dinis (os que partiram) ou dos que, resistentes, continuam a acreditar que esta escola presta um serviço insubstituível à cidade e às suas populações alvo. E assim é. Parabéns pelo excelente trabalho em defesa do ambiente.

Artefactos

Agrupamento de Escolas Martim de Freitas, Coimbra

Com a Artefactos, de que nos chegou mais um número, vemos que muitos alunos e vários professores deram a esta revista uma importância que, pelo que verificamos, tem redobrado. Neste número, dá-se uma especial atenção às comemorações dos 50 anos da, então, Escola Preparatória Martim de Freitas. Parabéns, por isso, à "Martim" e a todos os que neste número de Artefactos deram à temática muita importância, onde releva a viagem no tempo que algumas alunas do 8.º ano realizaram, tendo conversado com Martim de Freitas, Alcaide de Coimbra e patrono da Escola, depois de uma longa viagem por ele realizada desde Toledo, onde comprovara a morte do seu amo D. Sancho II.

Mas a Artefactos faz-se de muitas notícias, da educação pré-escolar às atividades realizadas com as turmas do 3.º ciclo.

Manifesta-se como escola defensora da sustentabilidade ambiental e, de facto, os muitos artigos publicados em torno deste assunto comprovam-no.

Quadrante Norte

Agrupamento de Escolas Viseu Norte

O "Quadrante Norte" é um bom exemplo de um jornal escolar. Tem muitas notícias sobre a atividade de todo o agrupamento e não esquece a opinião. Por isso, no número que analisámos (junho de 2021) encontramos várias entrevistas, feitas por alunos e que acabam por revelar um lado, o humano, por vezes camuflado na lufa-lufa diária do trabalho de um professor.

Não podemos deixar de registar o destaque dado logo na 2.ª página ao mural do 25 de Abril que, por iniciativa da FENPROF e com o apoio da, entre outras entidades, Câmara Municipal de Peniche. No caso da Azeredo perdigão, como é óbvio, este mural tem um significado especial, pois integra um painel em azulejo pintado e cozido, com a participação de alunos e dos professores Fernando Carvalho e José Machado.

Sacola

Agrupamento de Escolas de Sátão

Graficamente agradável, o "Sacola" tem muita informação. Muitos artigos que revelam a intensa atividade realizada neste agrupamento de escolas. É, por isso, muito agradável "viajar" pelo trabalho que professores e alunos transferem para a imprensa escolar.

Tal como outros jornais e revistas das escolas, o "Sacola" não é imune à pandemia e, por isso, como é óbvio, este é um tema recorrente. No último número a que tivemos acesso, o jornal tem, no entanto, muitos outros temas de grande interesse e importância como o combate à desigualdade de género, a luta contra o racismo e os seus processos, cuja legitimidade não suporta outros métodos que geram, também eles, violência, ou a comemoração do 25 de Abril.

O Trovador

Agrupamento de Escolas D. Dinis, Leiria

Temos uma nova entrada nesta seleção de jornais escolares. Trata-se d'O Trovador. O Trovador é um jornal que tem uma particularidade relativamente aos que folheámos de entre os que nos foram enviados. Tem muita imagem. Trata-a bem e dá-lhe, até, lugar de destaque.

Também aqui a COVID-19 teve destaque, natural quando se trata de falar de alguma coisa que nos atormenta a todos. Nós aqui no RCI achamos que O Trovador fez bem e ajudou a tratar da saúde mental de crianças e jovens que tiveram de trocar o convívio da escola pela janela do tablet ou do portátil e muitas vezes, apenas do smartphone. Uma janela, também ela partida, por vezes, em múltiplos pedacinhos com as caras de cada um. Terrível!

Destaque, por isso, para as páginas com os cartazes "inventados" pelos jovens criativos do AE D. Dinis. Criatividade extensiva às excelentes fotos expostas e a muito, muito mais.

REGALIAS AOS SÓCIOS / NOVOS PROTOCOLOS

AVEIRO

Restaurante Sal Poente
10% Desconto
234382674
salpoente@salpoente.pt

Hotel As Américas
15% Desconto em reservas de quarto em regime de alojamento e pequeno almoço
234384640
info@hotelasamericas.com

Hotel Dighton
Individual 63€; Duplo 69€ (as tarifas incluem pequeno almoço "Buffet Inglês")
256682191
reservas@hoteldighton.com

Hotel José Estevão
15% Desconto em reservas de quarto em regime de alojamento e pequeno almoço
234383964
info@joseestevao.com

Carvalheira & Gonçalves, Lda - Esgueira
35% - Nas baterias para automóveis e para Motos.
15% - Nas baterias para Náutica/ Caravanismo.
15 % Desconto - Baterias para energias alternativas
234 315 791

O Baú
10% de desconto em pronto pagamento
Outras facilidades
234323876
geral@obaumoveis.com

A Flôr da Bairrada
Materiais de Construção - Anadia
10% de desconto
Entregas ao domicílio - cidade de Aveiro
231 512 909

Lavandaria Sol (Loja 2)
10% de desconto
Entregas ao domicílio - cidade de Aveiro
234428591
lavandaria.sol@gmail.com

Lavandaria Sol (Loja Barrocas)
10% de desconto
Entregas ao domicílio - cidade de Aveiro
234386442
lavandaria.
sol@gmail.com

ZELAR - Serviços de Apoio Domiciliário, Lda
20% Desconto sobre os serviços SAD
15% Desconto nos Serviços Especializados
10% Desconto nos Serviços Técnicos
234 098353
geral@zelar.pt

Autêntica Óptica Lda – Feira
20% de desconto na generalidade dos produtos e/ou serviços
Outras facilidades
256 373245

Aveiróptica, Óptica ld.ª
10% de desconto na generalidade dos produtos e/ou serviços
234 429 279

Optiarte - Multiópticas
20% Desconto
256943555

Óptica Nascimento
10% Desconto - Receituário (armações c/ lentes)
10% Desconto - Lentes, Lentes de Contacto
5% Desconto - Produtos p/ Lentes Contacto
10% Desconto - Óculos de Sol, Aparelhos e Medida e outros artigos afins
234 424252

Óptica Princesa - Ovar
20% Desconto em óculos graduados / armações e lentes
15% Desconto - Óculos de Sol
256572736

Optivisão - Óptica, Serviços e Investimentos – Paços de Brandão
20% Desconto
Armações + Lentes
15% Desconto
Óculos de Sol
Testes visuais gratuitos
Medição Tensão Ocular gratuita
227446845

Papelaria Lita - Livrarias e papelarias
10% Desconto
Também nos livros escolares
231512329

Papelaria Tivoli - Ílhavo
15% Desconto em todo o material escolar e de escritório e em livros Infantis e Juvenis
234322606

Climeida Centro Médico - Ílhavo
10% Desconto em todas as especialidades e serviços
Oferta do Cartão Climeida a um familiar (válido por 6 meses)
234328092
clinico@climeida.pt

Grupo OMPB, Lda
A Casa da Óptica – Anadia
(Malaposta)
15% Desconto em Óculos Graduados, 10% Óculos de Sol e 10% em outros produtos
Outros descontos ou facilidades - em consultas ADSE convencionadas, consultas
médicas e exames gratuitos
Excepções - não acumulável com outras campanhas

Grupo OMPB, Lda - Águeda
A Casa da Óptica
15% Desconto em Óculos Graduados, 10% Óculos de Sol e 10% em outros produtos
Outros descontos ou facilidades - em consultas ADSE convencionadas, consultas
médicas e exames gratuitos
239439159

CASTELO BRANCO

Lancaster College - Escola de Línguas
100% desconto na inscrição do curso
275334431
covilha@xxlrefill.pt

XXL Refill Portugal
Também em Sta Maria de Lamas, Bragança, Felgueiras, Trofa, Matosinhos, Porto
Produtos Reciclados – 15% Desconto (pp)/ Produtos Originais – 5% Desconto (PP)
275957038
covilha@xxlrefill.pt

Tintas Robbialac, S.A. – Castelo Branco
45% de Desconto
272344665

Wellness Health Club Well's CPT, Lda e Greenwellife, Lda – Covilhã
10% de desconto nas modalidades Wellness Económico, Wellness

Matinal, Wellness
Express e Wellness Infantil
20% de desconto na modalidade Wellness CPT
275 313381

Audineve - Covilhã
5% Desconto
275334230
audineve@hotmail.com

Perfumaria Bianca - Covilhã
Adelino Mateus Morais
15% Desconto

F 13 — Instituto de Beleza, Lda - Covilhã
10% Desconto a partir de compras ou serviços no valor de 50 euros
20% Desconto a partir de 150 euros
275 322675
fatimafonsecaf13@gmail.com

Móveis Larbelo – Castelo Branco
7% de desconto
Entregas grátis dentro da cidade
272343839

Óptica do Fundão
15% Desconto
Consultas de Optometria Grátis
275 751971

Multiópticas - Avelino Oliveira & Filho, Lda – Castelo Branco
271230500/272330680
castelobranco@multiopticas.pt.

NOVOLHAR - Tortosendo
Óculos graduados - 15% desconto
Óculos de sol, lentes ou aros - 10% desconto
Lentes de contacto + líquidos - 10% desconto
Outro material óptico - 10% desconto
Consultas de optometria gratuitas
275081221
novolhar@sapo.pt

Óptica S. Vicente - Covilhã
Óculos graduados (armação + lente) - 25% desconto
Lentes de contacto - 15% desconto
Óculos de Sol - 15% desconto
Outro material óptico - 10% desconto
Exames visuais de Optometria - Gratuito
Pagamentos suavisados até 10 meses s/ juros, para cartão de crédito credivisão
275 336945
opsaovicente@sapo.pt

Momento ZEN - Clinica Medicina Complementar - Castelo Branco
Redução no valor dos serviços prestados, extensíveis a familiares directos
272 321 576
Tlm. 966087827
geral@momentozen.pt

Clinica de Medicina Dentária Drª Sónia Fangaia – Castelo Branco
5% de desconto na generalidade dos serviços.
10% de desconto nos trabalhos de prótese removível
272337490

Farmácia Sant´Ana - Covilhã
10% Desconto em produtos de saúde e bem-estar
20% Desconto em serviços
275313050/910938579
paulagoulao@hotmail.com

Auto Monte Estrela - Covilhã
5% de Desconto em Oleos e Filtros
Facilidades de pagamento em reparações acima dos 200€
5% de Desconto em Peças Originais
275088618/963510839
automonteestrela@hotmail.com

Talho Pinheiro – Covilhã
10% Desconto
964779447
jorge_sol13@live.com.pt

GEOPIXEL, LDA - Informática
5% a 10% na generalidade dos produtos ou serviços
272326376/963812460
comercial@geopixel.pt

Livraria A MAR ARTE, Lda – Castelo Branco
10% Desconto em livros e papelaria (de valor superior a 10€)
272328875

Lambelho e Filho, Lda – Materiais de Construção e Decoração - Fundão
25% Desconto Produtos Roca
275750760
info@lambelhoefilho.pt

Cicópia - Centro de Cópias, Lda. – Castelo Branco
Cópia A4 a preto 3 cêntimos
10% no restante preçário
272324490
cicopia@gmail.com

Louro & Teodoro, Lda – Castelo Branco
10% Desconto
272343076
louroeteodoro@gmail.com

Carroçarias do Outeiro, Lda
Desconto de 5% a 25%
Gratis Lavagem e limpeza de veículos
Gratis serviços de inspeção de veículos, incluindo levar o veículo ao centro de
inspeções
275772025/962931043
carrocariasouteiro@live.com.pt

Optica Geada Pinto - Fundão
25% Desconto Armações para Lentes
20% Desconto Lentes oftálmicas
15% Desconto Lentes de contacto
10%Desconto Liquidos para Lentes de contacto
10% Desconto Outro material óptico
15% Desconto Óculos de Sol
275752282
opticageadapinto@gmail.com

Oficina do Cabelo - Duarte & Mendonça Cab. Lda - Covilhã
10% Desconto em tratamentos Hidratação / Botox / Detox Fusion-Dose / Fusion-
Scrub
Oferta de tratamento em compras iguais ou superiores a 100€
275087781
fduarte@live.com.pt

Padaria da Ramalha - Covilhã
10% Desconto em Menus de Refeição na Alameda
275 320 040
ramalha@sapo.pt

CC Ótica, Opticália Covilhã
25% de desconto
Abrange o agregado familiar directo
275 323 139
ccotica.opticalia@hotmail.com

Beirapeças - Comércio de Peças e Acessórios Auto, Lda. – Castelo Branco
20% Desconto
272327240
beirapecas@hotmail.com

Viver e Comer Felicidade – Castelo Branco
10% Desconto
969843945/933750133

REGALIAS AOS SÓCIOS / NOVOS PROTOCOLOS

COIMBRA

Clínica Médica Dentária Inês Nina
Tabela - preços protocolo
(contactar SPRC)
239 050 311
geral@clinicainesnina.pt

Óptica Portuguesa Coimbra
5% de desconto em pacotes económicos de preço fechado (armações + lentes)
30% de desconto em lentes de catálogo, lentes de contacto (preço fechado) e óculos de sol
35% de desconto em armações
Consultas de optometria e contactologia gratuitas
239 070 094
coimbra@opticaportuguesa.pt

Consultório Psicologia – Margaret Almeida
15% Desconto nas consultas sobre o valor da tabela de preços
963920675
psimargaretalmeida@hotmail.com

Ergovisão de Coimbra - Ver ou não ver, Lda
30% de desconto em óculos completos: lentes oftálmicas mais armação
25% de desconto direto em todos os óculos de sol e armações em stock na loja
25% de desconto nas lentes oftálmicas
20% de desconto nas lentes de contacto
15% de desconto em líquidos de contactologia e produtos diversos
239 091 895
coimbra@ergovisao.pt

Hotel D. Luís - Coimbra
10% Desconto no aluguer de salas e equipamento audiovisual disponível
10% Desconto sobre as tarifas a
239 802 120
anapaula.santana@hoteldluis.pt

Hotel Oslo - Coimbra
10% Desconto sobre as melhores tarifas
Consultar em www.hoteloslo-coimbra.pt
239829071
admin@hoteloslo-coimbra.pt

Eirapneus-Montagem e Manutenção de Pneus Ld.ª - Coimbra
15% a 45% em PNEUS
25 a 50% em outros serviços.
Pagamentos a 30 e 60 dias
239495066
eirapneus@sapo.pt

MN PNEUS - Ceira
20% nos pneus nas tabelas dos preços actualizados
Serviços de calibragem, furos e alinhamento de direcção, reparação de jantes
239 923816
mnpneuslda@hotmail.com

myFIT – Celas (Coimbra)
Inscrição 10€ (em vez de 49€), inclui seguro desportivo e avaliação funcional mensal
Adesão por seis meses:
3 X semana
Mensal 29.90€ - Semestral 160€
Livre Acesso
Mensal 33.90€ - Semestral 180€
919662619
myfit@outlook.pt

OPTICALIA BRUMAN – Miranda do Corvo
Armações de marcas exclusivas protocoladas OPTICÁLIA 40%
Armações de outras marcas 20%
Lentes unifocais 20%
Lentes progressivas 20%
Óculos de sol de marcas exclusivas protocoladas OPTICÁLIA 30%
Óculos de sol de outras marcas 20%
Serviços
Consultas de Optometria 100%
Consultas de Contactologia 100%
Medição de tensão ocular 100%
239531243
bruman@clix.pt

Ágata Joalharia - Coimbra
10% Desconto inclusivé nas marcas Swatch, C.K.,
239837719
agata.joalharias@sapo.pt

Urgicentro - Serviços Médicos,Lda. - Coimbra
20% Desconto s/ tabela
Abranje familiares diretos
239484411/239098665
urgicentro@mail.telepac.pt

Banco Santander
Consultar em
https://www.santander.pt/content/dam/sitepublico/pdfs/parcerias-santander/Parceria_A.pdf
239851622
coimbra.fmagalhaes574@santander.pt

OPTICALIA BRUMAN - Lousã
Armações de marcas exclusivas protocoladas OPTICÁLIA 40%
Armações de outras marcas 20%
Lentes unifocais 20%
Lentes progressivas 20%
Óculos de sol de marcas exclusivas protocoladas OPTICÁLIA 30%
Óculos de sol de outras marcas 20%
Serviços
Consultas de Optometria 100%
Consultas de Contactologia 100%
Medição de tensão ocular 100%
239991094
geral@bruman.pt

GUARDA

Irmãos Loureiro, Lda - Seia
10% Desconto
238084439
irmaosloureiro@gmail.com

Irmãos Loureiro, Lda – São Romão
10% Desconto
238399378
irmaosloureiro@gmail.com

NEW CONCEPT - Seia
15% Desconto
238311091
rosamlasunes@gmail.com

Visual Óptica Educar o Olhar, artigos ópticos - Guarda
20% Desconto - Oculos Graduados
15% Desconto - Aros e Oculos de Sol
10% Desconto -Lentes de Contacto
5% Desconto - Lentes de Sol
238 393 016
educaroolhar@sapo.pt

Algodão Doce - Seia
5% Desconto
238098179
algodaodoce.st@gmail.com

DEPILPERFECT GUARDA
20% Desconto em todos os tratamentos
937 832 882
guarda@depilperfect.com.pt

Restaurante Mexicana - Guarda
10% Desconto sobre os preços da lista
271 211512
geral@restauranteamexicana.com

Restaurante "O Tacho" - Guarda
10% Desconto à lista
271214002
cozinhadotacho@gmail.com

Pensão Restaurante Aliança - Guarda
(Residencial Aliança)
10% Desconto
oferta de garagem
oferta de cama para criança
271 222235
palianca@sapo.pt

Nova Era (Desporto e Moda) - Guarda
10% Desconto
271 212 910

Perfumaria Abelhinha - Guarda
10% de desconto
271023347

Perfumaria Elela
15% Desconto em todos os artigos exceto Kerastase
916118557/915917387
elelageral@gmail.com

Escola de Condução Auto Dinâmica - Trancoso
50% Desconto em materiais Escolares
271811260

Sapataria " Josett Amaral "
5% de Desconto
271214475

Aketohn - Pronto A Vestir, Lda - Seia
Até 10 % desconto
238311756
aketohn@gmail.com

AICIMENA - Móveis Nelo – Loja 2: IDEIAS - Guarda
10% Desconto - Móveis, Casa e decoração e Candeeiros
3% Desconto - Nas cozinhas e roupeiros por medida
271230500

Móveis Torres, Torres e Filho, Lda. - Guarda
10% de desconto
271212968

Nevióptica de Seia, Lda. - Seia
15% desconto na generalidade dos produtos e/ou serviços
20% desconto-Óculos completos (armações + lentes)
15%- desconto lentes graduadas
10%- desconto Armações
10%- desconto óculos sol
5% -desconto lentes contacto
238315433
neviopticaseia@hotmail.com

MULTIOPTICAS – Avelino Oliveira & Filho, Ldª - Trancoso
15% Desconto
Facilidades de pagamento
Exames gratuitos optometria
271828001

Clinica Dentária Bom Sucesso - Guarda
10% Desconto
Exames clinicos/orçamentos não são cobrados
271214526

Sara Lopes - Clínica Médica e Dentária, Lda
RX+Medicar 15€
Consultas 25€
Restaurações 35€
Desvitalizações (cada Sessão) 35€
Destartarizações 35€
Extrações simples 30€ (com sutura mais 5€)
238 393175/968200392
saralopes.clinicamedica@hotmail.com

DENTAL MAG - Clinica Médico Dentária - Guarda
10% Desconto Exames Clinicos
Orçamentos não são cobrados
271238473
dentalmag@gmail.com

Clínica Dentária Vanessa Cruz - Guarda
20% Desconto
Consultas de diagnóstico, prescrição, medicamentosa, radiografias e orçamentos
gratuitos
Implantologia - 10% Desconto
271223741

Dr. Manuel Gomes - MEDIguarda
Clínica de S. Mateus / Cliniforme
Destina-se a todos os sócios (do SPRC) e seus familiares, beneficiários ou não da
ADSE
Os sócios identificados, que têm ADSE pagarão 5.00€ de taxa de consulta;
Os associados que não têm ADSE, terão um desconto de 50% nas consultas
(pagarão apenas 25.00€)
Qualquer questão mais pessoal, pode ser contactado o médico pelo telefone 917 234 444 (disponível 24 h/dia)
917234444
mediguarda@gmail.com

SCRAPMEMORIES, LDA
10% Desconto
238399064
scrapmemories@sapo.pt

LEIRIA

Clínica Dentária Nova Leiria
• Check-up sem compromisso;
• Ao fim do 10º tratamento, branqueamento a metade do preço;
• Em épocas festivas, metade do valor de destartarização;
• 35€ por consulta/tratamento generalista (consulta, higiene oral, Alimentação,
endodontia por sessão, extracção);
• 5€ por rx digital (usando RVG);
• 20% de desconto sobre o valor de tabela nos actos de especialidade (cirurgias
de siso, aparelhos de correcção ortodônticos, próteses, implantes e branqueamentos dentários).
244 027 419/919 169 615
cdnovaleiria@hotmail.com

VISEU

Clínica Estética São Mateus
10% Stúdio pilates e 20% Packs de tratamento de corpo e rosto
232437055
geral@clinicasaomateus.pt

SEDE SOCIAL FORA DA REGIÃO CENTRO

Grupo Alberto Oculista - Funchal
25% Desconto na generalidade dos produtos
Facilidades de pagamento até 10X sem juros
consultas optometria gratuitas
(00351) 933000580
rubenteixeira@albertooculista.com

FEU VERT - Oficina Auto - Carnaxide
10% Desconto Peças e Produtos (sobre os preços de balcão)
25% Mão-De-Obra
219199989
nfigueiredo@feuvert.pt

MEO
(diversos descontos e campanhas exclusivas)
800207918 das 9h às 21h
paula-manuelasilva@telecom.pt

MGEN SEGUROS E CONSULTORES
(para consultar tabela, contactar SPRC)
213889396
amelia.coquard@mgen.pt

PARA 2022

CULTURA DEMOCRÁTICA NO GOVERNO

RESPEITO PELOS DOCENTES E INVESTIGADORES

GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS

LIBERDADE PEDAGÓGICA

ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA

REFORÇO DO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO

E UM(A) MINISTRO(A) DA EDUCAÇÃO

Sindicato dos Professores da Região Centro | sprc.pt | facebook.com/sprcentro